



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

DANIEL DOS SANTOS SOUSA

**A APLICAÇÃO DA ANÁLISE DIPLOMÁTICA ÀS NOTAS
TAQUIGRÁFICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA**

Salvador
2019

DANIEL DOS SANTOS SOUSA

**A APLICAÇÃO DA ANÁLISE DIPLOMÁTICA ÀS NOTAS
TAQUIGRÁFICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA**

Monografia apresentada ao curso de Arquivologia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia pelo Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof^a. Ms^a. Maria Dulce Paradella.

Salvador
2019

Biblioteca do Instituto de Ciência da Informação

S729 Sousa, Daniel dos Santos

A aplicação da análise diplomática às notas taquigráficas da Assembleia Legislativa da Bahia/ Daniel dos Santos Sousa. Salvador, 2019.
99f.: il.

Orientadora: Ms. Maria Dulce Paradella.

Monografia (Graduação) Arquivologia – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2019.

1. Tipologia Documental. 2. Notas taquigráficas. 3. Gestão documental. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. II. Título

CDU: 025.171



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA



TERMO DE APROVAÇÃO

Daniel dos Santos Sousa

A aplicação da análise diplomática às notas taquigráficas da Assembleia Legislativa da Bahia

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) submetido à aprovação da Comissão Examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, em 02 de dezembro de 2019.

EXAMINADORES:

Maria Dulce Paradella Matos de Oliveira
Maria Dulce Paradella Matos de Oliveira
Mestre em Ciência da Informação (UFBA)
Professora do ICI/UFBA

Maira Salles de Souza
Maira Salles de Souza
Mestre em Ciência da Informação (UFBA)
Professor da ICI/UFBA

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Ana Claudia Medeiros de Sousa
Doutora em Ciência da Informação - PPGCI/UFPB
Professora do ICI/UFBA.

Este trabalho é dedicado aos meus pais,
Patrícia e Adalberto, com amor e gratidão.

“If we carefully analyze a written archival document, we discover that there is much more to it than a medium, a form, and a content. The circumstance of the writing implies the presence either of a fact and a will to manifest it or of a will to give origin to a fact. It also indicates a purpose. In fact, the existence of something written, directly or potentially, determines consequences, that is, it can create, preserve, modify, or extinguish situations. Furthermore, the document by means of which a fact and a will determine consequences is the result of a procedure, of a process of creation, a genetic process, that will be reflected in the documentary form, becoming one of the constituent elements of the written archival document.”

Luciana Duranti

AGRADECIMENTOS

As palavras não serão suficientes para expressar a minha gratidão a todos que estiveram presente neste momento tão importante da minha vida. Nenhuma lista, seria capaz de comportar todos os nomes das pessoas das quais sou grato, contudo, gostaria de fazer menção a aqueles que se fizeram mais presentes durante essa jornada. Assim, expresso meu muito obrigado:

À Deus pelo fôlego de vida e por me permitir desfrutar dessa experiência. Aos meus pais, Patrícia e Adalberto, minha imensa gratidão pelo amor e dedicação.

À Milena e Miriam, minhas irmãs, pelo amor, carinho e disposição em assistir previamente todas as minhas apresentações escolares e acadêmicas.

À minha avó Maria, e ao meu avô Benedito (*in memoriam*) pelo carinho e pelas constantes palavras de incentivo.

À minha orientadora Dulce pela dedicação, disposição, paciência e incentivo. A todo o corpo docente pela colaboração, motivação e carinho, em especial à professora Jussara Borges, por tanto...mas principalmente pelo encorajamento e por me mostrar novas possibilidades; às professoras Alzira, Ana Cláudia e Maíra pelas orientações e por todo suporte. Também expresso aqui, meu muito obrigado aos demais colaboradores do ICI.

Aos meus amigos: André pelo companheirismo, carinho, risadas e longas conversas; Jorge pelo apoio e cordialidade; Bernt por me encorajar sempre e por discutir comigo minhas ideias; Simon meu querido amigo e professor, por acreditar tanto em mim, pelas dicas e correções no ensino de língua estrangeira.

Aos amigos e amigas que a graduação me presenteou, em especial: Carol pela cumplicidade, memes, sinceridade e por todo apoio; Carla pela alegria, incentivo e risadas; Inge pela amizade, conversas, pela compreensão e o carinho de sempre; e a todos os meus amigos e colegas.

Aos amigos e colegas da TV ALBA, em especial a Gabriela Marques, pela escuta e amabilidade; Rodrigo Souza e Ernani Romeo, pelo constante incentivo; a equipe do

DETAQ em especial a Marilanja, pela disponibilidade, paciência e gentileza; e a Mirela pela presteza e cordialidade. Gratidão!

SOUSA, Daniel dos Santos. **A aplicação da análise diplomática às notas taquigráficas da Assembleia Legislativa da Bahia.** 99f. il. 2019. Monografia (Graduação) – Instituto de Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

Entre os documentos arquivísticos produzidos e geridos pelo Poder Legislativo estão as notas taquigráficas. Em linhas gerais esses documentos correspondem ao registro fiel das deliberações das sessões parlamentares, sendo validados por meio da fé pública. Nesse sentido, a pesquisa em tela se configura como exploratória e versa sobre os elementos intrínsecos e extrínsecos das notas taquigráficas por meio da aplicação do método diplomático. Para tal, escolheu-se o Departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa da Bahia como campo para realização do estudo. A pesquisa foi norteada pelos seguintes objetivos: Investigar os elementos constituintes das notas taquigráficas da Assembleia Legislativa da Bahia, considerando a sua gênese e forma documental, e verificar as notas taquigráficas como um documento diplomático. O percurso metodológico abarcou levantamento bibliográfico sobre os temas pertinentes ao estudo, entrevista com o Departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa da Bahia e a aplicação da análise diplomática adaptada a partir da literatura utilizada. Por meio da conjugação dos principais resultados obtidos, infere-se que as notas taquigráficas caracterizam-se como um documento diplomático testemunhal de assentamento, com a finalidade de apresentar o registro fiel da atividade parlamentar. Além disso, observa-se a função desse documento enquanto fonte de informação jurídica, haja vista todo o processo rigoroso que envolve seu contexto de criação, o que possibilita a consulta prévia do teor do documento ainda durante a sua constituição.

Palavras-chave: Aplicação do Método diplomático. Notas taquigráficas. Tipologia Documental. Diplomática Arquivística Contemporânea. Assembleia Legislativa da Bahia.

SOUSA, Daniel dos Santos. **The application of diplomatic analysis to the tachygraphy notes of the Legislative Assembly of Bahia.** 99f. il. 2019.

Dissertation (Graduation) – Instituto de Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

Amongst documents produced and managed by the Legislative Branch are shorthand notes. These documents are an accurate record of the deliberations of parliamentary sessions and are accepted into the official record following validation by the recognized tachygraphy professional. The purpose of the research was to understand the intrinsic and extrinsic elements of the shorthand notes by applying the diplomatic method. This is exploratory research. The Department of Shorthand of the Assembleia Legislativa da Bahia was chosen as the field for this study. The research is guided by the following objectives: to investigate the constituent elements of the shorthand notes of the Legislative Assembly of Bahia, considering their genesis and documentary form; and verification of stenography notes as a diplomatic document. The methodological approach included a bibliographic survey of the themes pertinent to the study, an interview with the Shorthand Department of the Assembleia Legislativa da Bahia and the application of diplomatic analysis based on the literature. By combining the main results, it is inferred that the shorthand notes are characterized as a testimonial diplomatic document, with the purpose of presenting the faithful record of parliamentary activity. Moreover, given the context of its creation, the role of this document is observed as a source of legal information which may even be consulted before the document is finalized.

Keywords: Application of the Diplomatic Method. Shorthand notes. Documental typology. Diplomatics - Modern Archivística. Assembleia Legislativa da Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diplomática Clássica: Principais iniciativas e formulações metodológicas	20
Figura 2	Categoria e Tramitação Documental	31
Figura 3	Representações taquigráficas	39
Figura 4	Análise diplomática – Protocolo inicial	49
Figura 5	Análise diplomática – Texto diplomático	50
Figura 6	Análise diplomática – Texto diplomático	50
Figura 7	Análise diplomática – Texto diplomático	51
Figura 8	Análise diplomática – Protocolo final	51
Figura 9	Análise diplomática – Protocolo final ou escatocolo	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONFORMAÇÃO DA PESQUISA	16
2.1	PROBLEMA	16
2.2	OBJETIVOS	16
2.3	MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	16
3	DIPLOMÁTICA	19
3.1	DIPLOMÁTICA CLÁSSICA: PRIMEIRAS FORMULAÇÕES METODOLÓGICAS	19
3.2	DIPLOMÁTICA MODERNA À CONTEMPORÂNEA: DA PRÁXIS AO EPISTEME	21
4	APLICAÇÕES DO MÉTODO DIPLOMÁTICO	30
5	REFLEXÕES SOBRE A TAQUIGRAFIA	35
5.1	BREVE HISTÓRICO DA TAQUIGRAFIA	36
5.2	A REPRESENTAÇÃO TAQUIGRÁFICA	38
6	NOTAS TAQUIGRÁFICAS: ESTUDO DE FORMA E GÊNESE DOCUMENTAL	40
6.1	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA: Breve contextualização histórica	40
6.1.1	ALBA: Estrutura Organizacional e atribuições	41
6.1.2	O Departamento de Taquigrafia da ALBA e o registro parlamentar	42
6.2	AS NOTAS ENQUANTO DOCUMENTO DIPLOMÁTICO	45
6.3	A APLICAÇÃO DO MÉTODO DIPLOMÁTICO	45
6.3.1	Tramitação, Categoria e Tradição documental	47
6.3.2	Análise Diplomática	47
6.3.3	Elementos constitutivos das notas taquigráficas	53
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE	64

1 INTRODUÇÃO

O Poder Legislativo configura-se como uma instância governamental que compõe e obtém documentos no exercício de suas atividades. Esses documentos retratam as demandas jurídicas-administrativas condizentes com as funções do âmbito legislativo, cujo propósito consiste em elaborar as leis que regula o Estado e gerir suas funções administrativas, preservando sua memória institucional.

Nesse contexto é que se insere a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), que conta com 63 deputados eleitos por meio de voto popular, cujos mandatos correspondem ao período de quatro anos. Compete à ALBA o papel de viabilizar as propostas legislativas, a exemplo de projetos de leis ligados à economia, educação e saúde, visando atender aos interesses da sociedade baiana.

No bojo dos documentos produzidos e recebidos durante a atividade legislativa estão as notas taquigráficas. Esses documentos se caracterizam como instrumentos que possuem fé pública e são produzidos no âmbito do legislativo com o propósito de registrar o conteúdo *ipsi litteris* das sessões parlamentares. Esse documento apresenta grande relevância jurídica, a ponto de possuir, em alguns casos, primazia absoluta em possíveis divergências entre o voto do relator e o que foi registrado nas notas ao longo da sessão legislativa, a premissa é considerar o registrado nesses documentos (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2012).

Desse modo, é proposição de algumas instituições do legislativo, a exemplo da própria ALBA, disponibilizar primeiramente as notas taquigráficas ao público em geral, a fim de tornar acessível as pautas e deliberações concernentes à atividade parlamentar.

É sabido que a sessão parlamentar produz outros documentos além das notas taquigráficas, cujo teor retratam o conteúdo das assembleias, a exemplo dos documentos audiovisuais, bem como os respectivos áudios concernentes às sessões do âmbito legislativo. Porém, o acesso a esses documentos se dá posterior à disponibilização das notas taquigráficas. Há documentos cujo acesso condiciona-se às solicitações solenes, como é o caso das atas que retratam as sessões de maneira sucinta, e que são aprovadas na sessão subsequente à sua

criação, que são disponibilizadas apenas por meio de requerimento.

Além disso, há casos em que as notas taquigráficas são consultadas pelos parlamentares ainda quando estão sendo redigidas, com o propósito de validar um pronunciamento ou comprovar uma ação, diferente dos documentos audiovisuais, que comumente só podem ser acessados após a divulgação das notas taquigráficas.

Esse tema é muito pouco abordado na área da Arquivologia, não sendo possível a recuperação de nenhuma comunicação científica nas bases da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). No Google Acadêmico só foram encontrados seis trabalhos científicos sobre as notas taquigráficas no campo da Arquivística. Desse quantitativo três apenas citavam esse documento, dois não abordavam acerca da Diplomática; e apenas um único trabalho com enfoque no estudo diplomático de documentos jurídicos reserva uma seção para definir o que são as notas taquigráficas. Desse modo, um estudo sobre este assunto é de grande importância para a área da Arquivologia.

Questiona-se como se dá a gênese e forma das notas taquigráficas. Assim, pretende-se abordar as concepções acerca dos aspectos de criação e forma documental desses documentos, com o propósito de contribuir para os estudos de Diplomática Contemporânea, tão relevantes no campo da Arquivística. A pesquisa justifica-se ainda pelo fato do desenvolvimento de novas tecnologias, a exemplo do registro audiovisual, não ter reduzido a importância das notas taquigráficas.

Visa-se, ainda, contribuir para a compreensão das concepções de documento diplomático, na condição de que documentos são instrumentos de mudança que afetam todas as camadas da sociedade, por intermédio da sua materialização, preservação e acesso.

Diante do exposto, os problemas desta pesquisa giram em torno das questões: Como se dá a gênese e a forma das notas taquigráficas da Assembleia Legislativa da Bahia? Seriam as notas taquigráficas um documento diplomático?

Este trabalho está estruturado em seis capítulos, além da introdução. O segundo capítulo objetiva inteirar o leitor acerca do problema, objetivos e métodos de investigação que nortearam a esta pesquisa.

O terceiro capítulo versa sobre os aspectos teóricos e conceituais que consolidaram a Diplomática da práxis ao episteme. Em consonância ao capítulo anterior, o quarto capítulo trata das aplicações do método diplomático. Somando-se a isso, o quinto capítulo discorre acerca da Taquigrafia, quanto as suas origens, estrutura e adesão pelas ordens políticas e religiosas desde a sua gênese.

Em concordância aos capítulos anteriores, o sexto capítulo propõe-se a analisar e discutir os dados desta pesquisa, a partir dos dados obtidos por meio de entrevista junto ao departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa da Bahia, conjugada à aplicação do método diplomático a uma das notas taquigráficas, a fim de observar a sua forma, gênese e se a sua estrutura é adequada ao conceito de documento diplomático.

Ao final, apresentam-se as considerações finais, bem como recomendações para futuras pesquisas que versem sobre o estudo da forma e gênese documental.

2 CONFORMAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo tem o propósito de apresentar o problema da pesquisa e os objetivos, bem como o percurso metodológico e as respectivas técnicas utilizadas para a coleta de dados.

2.1 PROBLEMA

Como se dá a gênese e a forma das notas taquigráficas da Assembleia Legislativa da Bahia? Seriam as notas taquigráficas um documento diplomático?

2.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho concentra-se em: investigar os elementos constituintes das notas taquigráficas da ALBA, considerando a sua gênese e forma; e verificar as notas taquigráficas como um documento diplomático.

Em consonância, os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Elucidar os aspectos relacionados ao conceito de forma e gênese do documento diplomático;
- b) Identificar os elementos constituintes das notas taquigráficas;
- c) Verificar o processo de criação e elaboração das notas taquigráficas;
- d) Estabelecer as relações entre as notas taquigráficas e o documento diplomático.

2.3 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Para coletar os dados empíricos indispensáveis ao cumprimento dos objetivos utilizou-se um estudo exploratório tendendo a descritivo. De acordo com Cervo e Bervian (2002, p.86), pesquisas exploratórias se propõem a realizar “descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma.” Tal qual esta pesquisa, cuja intenção está em elucidar quais são os elementos constituintes as notas taquigráficas, bem como a sua relação enquanto documento diplomático.

Para atender ao primeiro objetivo específico, buscou-se, por meio de estudo bibliográfico, “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes [...]” (KÖCHE 2011, p. 122), relacionados à Diplomática e às notas taquigráficas com o intuito de estudar a forma e a gênese de tal espécime documental.

As fontes de informação utilizadas para elucidar o conhecimento teórico foram bases de dados de teses e periódicos preferencialmente da área da Ciência da Informação, onde se utilizou os seguintes termos para recuperar as informações: Diplomática; Diplomática Contemporânea; Estudo em arquivos legislativos; Notas taquigráficas; *Diplomatics*; *Estudio diplomático del documento*; *Tachygraphy Notes*; *Shorthand*. Priorizou-se os estudos no idioma português, contudo adotou-se também a literatura em idiomas estrangeiros, em destaque inglês e espanhol, selecionados devido ao seu alto teor de importância para essa pesquisa, conjugados à leitura das obras dos autores considerados clássicos no âmbito da Diplomática.

Em vista do segundo objetivo específico, compreende-se essa pesquisa também como uma pesquisa documental, tendo em vista a análise criteriosa de documentos. É também um estudo de caso, pois realizou-se na Assembleia Legislativa da Bahia e qualitativa, haja vista a adoção de técnicas interpretativas com o propósito de descrever o objeto de estudo (GIL, 2008).

Para escolha da amostra avaliou-se, analiticamente 73 notas taquigráficas correspondentes à 52^o legislatura do ano de 2019 até o mês de setembro do ano vigente, a fim de observar a estrutura desses documentos. Após a avaliação das notas taquigráficas disponibilizadas eletronicamente, e levando em consideração a média de páginas desses documentos, entre 30 a 35 páginas por sessão plenária na ALBA, selecionou-se uma única nota para aplicação da análise diplomática.

A escolha de um único espécime documental justifica-se considerando a forma fixa e o conteúdo estável condizentes à estrutura e apresentação do documento. Nesse caso o Departamento de Taquigrafia da ALBA, havendo apenas variações quanto ao conteúdo.

Em consonância ao terceiro objetivo, realizou-se uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), realizada na fase inicial deste trabalho, na

primeira quinzena do mês de agosto de 2019, com a coordenadora responsável pelo Departamento de Taquigrafia da ALBA, com a intenção de compreender as rotinas e ações ligadas ao contexto de produção das notas taquigráficas, bem como coletar maiores informações sobre a espécime documental e a entidade produtora.

À vista do último objetivo de pesquisa, relacionou-se os aspectos teóricos e práticos, a fim de qualificar as notas taquigráficas como um documento diplomático. Para tanto, considerou-se os elementos intrínsecos e extrínsecos percebidos por meio da análise diplomática conjugados as informações coletadas durante a entrevista com o Departamento de Taquigrafia da ALBA.

A seguir é apresentado concepções acerca da Diplomática.

3 DIPLOMÁTICA

No período que antecede à Diplomática a palavra diploma fazia menção aos documentos emitidos por autoridade da alta casta, que por meio de tal instrumento concedia privilégios de cidadania e matrimônio aos soldados; posteriormente, a nomenclatura foi estendida a documentos solenes, e daí, o vocábulo deu origem à Diplomática, referida por Mabillon à aplicação da análise crítica dos diplomas (TOGNOLI, 2014).

Nesse sentido, o termo diploma tem sua etimologia do verbo grego *diplooo* que significa dobrar ou pregar. O nome se dá pelo fato de que, na Antiguidade, os documentos eram escritos sobre duas tábuas, comumente de madeira, o que possibilitavam que estas fossem dobradas (BERWANGER; LEAL, 2008; TOGNOLI 2014).

A Diplomática, assim como a Paleografia¹, surgiu da necessidade de estabelecer estratégias voltadas a crítica documental com o propósito de aferir a autenticidade dos documentos de ordens religiosas. Ou seja, a necessidade de discernir documentos fidedignos de adulterações presentes nos primórdios referentes a história da documentação.

No entanto, as iniciativas para elaboração de critérios que identificassem documentos autênticos de falsificações demoraram a aparecer, principalmente em virtude da relação que se tinha com a autenticidade dos documentos, no período da Antiguidade e na Idade Média, como podem ser evidenciados na seção a seguir.

3.1 DIPLOMÁTICA CLÁSSICA: PRIMEIRAS FORMULAÇÕES METODOLÓGICAS

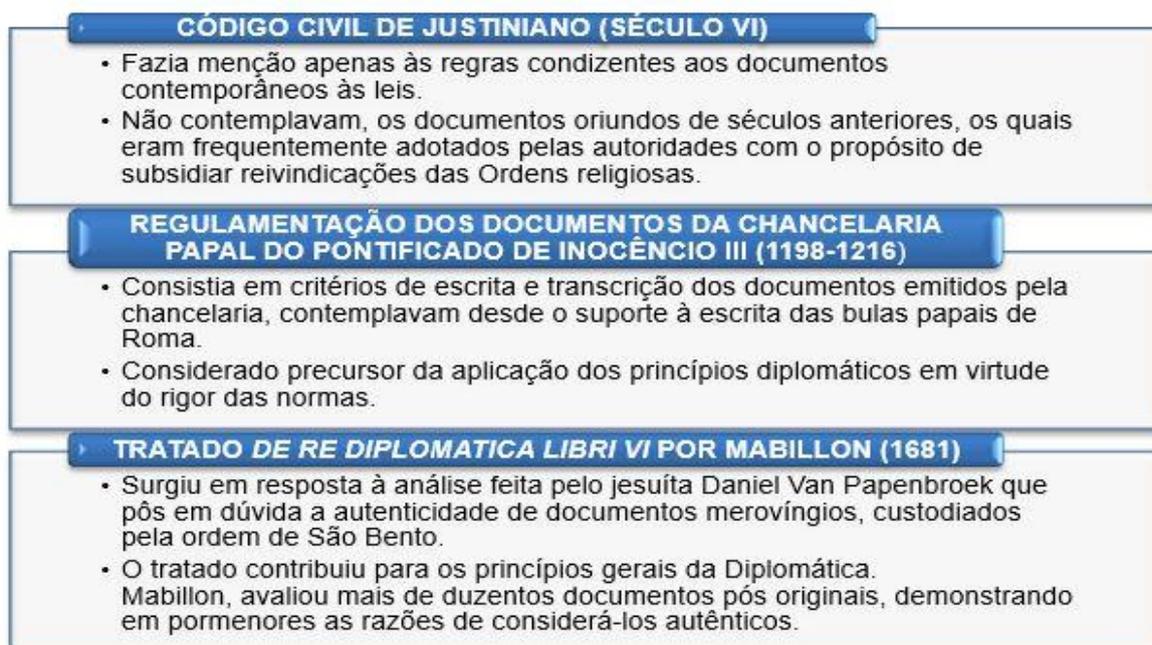
Na Antiguidade, a autenticidade era associada à entidade custodiadora e não a um aspecto inerente ao documento. Isto é, era competência do arquivo público atestar a genuinidade dos documentos neles custodiados, conferindo-lhes fé pública (TOGNOLI, 2010). Duranti (1989) e MacNeil (2000) coadunam, ao afirmarem que esse princípio tornou pérvio o depósito de registros falsos em arquivos públicos para lhes atestar fé pública.

¹ Contudo, é importante esclarecer que o objeto de estudo da Paleografia baseia-se no estudo dos elementos extrínsecos constituintes aos livros e manuscritos, a fim de permitir a sua leitura e transcrição. Além disso, a Paleografia preocupa-se com os aspectos condizentes a origem e o período de criação dos livros e manuscritos. (BERWANGER; LEAL, 2008)

Os problemas relacionados à genuinidade dos documentos também foi um problema marcante na Idade Média. Ao passo em que, na Antiguidade, a autenticidade dos documentos era vinculada à entidade custodiadora, na Idade Média, tal validação dava-se pela autoridade da fonte, isto é, o signatário ou avalista ligado ao documento (GUENÉE, 2006).

Nesse contexto, a Diplomática se estabelece no século XVII com viés prático-jurídico para atender aos diplomas — documentos solenes do período medieval — da época, que apresentavam questões relacionadas à genuinidade, motivo de embates veementes entre Ordens religiosas pois, em suma, o teor desses documentos, concedia privilégios com relação à terra e propriedade. Conjugadas à intensificação dos estudos humanistas que tinha o propósito de estabelecer medidas que corroborassem em atestar a fidedignidade dos documentos, deu-se início a denominada guerra diplomática ou *bella diplomatica* (MACNEIL, 2000; GUYOTJEANNIN; PYCKE; TOCK, 2006; TOGNOLI, 2014). Assim, na figura a seguir busca-se sumarizar os principais marcos do período em que deu-se a Diplomática Clássica.

Figura 1 – Diplomática Clássica: Principais iniciativas e formulações metodológicas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das obras de Duranti (1989), Diaz e Ruipérez (2003), MacNeil (2000) Guyotjeannin, Pycke e Tock (2006) e Tognoli (2014).

Destacando-se o tratado de Mabillon publicado em seis livros, é a base das primeiras formulações metodológicas ligadas à Diplomática. As obras dividem-se da seguinte forma: a parte I do tratado, o teórico definiu os diferentes tipos de cartas, examinou os principais suportes usados, bem como a tinta e os tipos de escrita. Na Parte II, ele examinou aspectos linguísticos desses documentos, as partes características das cartas medievais, os selos e os sistemas de cronologia usados para datá-los. As quatro partes restantes de seu tratado abordavam teorias e aplicações práticas de crítica documental (MACNEIL, 2000).

O método de Mabillon, um expressivo marco da Diplomática Clássica, serviu de base para outros tratados, tendo sido aperfeiçoado por estudiosos como Tassin e Toustain (1750), teóricos que embasaram novos tratados ligados à crítica diplomática, com viés de atender a demanda prática-jurídica da época. Haja vista que, sanar os problemas ligados à genuinidade dos diplomas eram o principal propósito do período em que a Diplomática Clássica foi criada (TOGNOLI, 2013).

3.2 DIPLOMÁTICA MODERNA À CONTEMPORÂNEA: DA PRÁXIS AO EPISTEME

A Diplomática começa a distinguir-se entre clássica e moderna a partir do século XVIII, com as primeiras evidências de objetivos mais científicos, evidenciados pelas publicações de novos manuais fundamentados na obra de Mabillon, como *Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien* (1889) de Harry Bresslau, *Manuel de Diplomatique* (1894) de autoria Arthur Giry e *Diplomatica* (1898) de Cesare Paoli. Os avanços da Diplomática Moderna são atribuídos principalmente aos esforços dos diplomatas austríacos Theodor Von Sickel e Julius Ficker (MACNEIL, 2000; TOGNOLI, 2014).

Contudo, é importante destacar que a Diplomática Moderna, não necessariamente, corresponde a uma evolução da Diplomática Clássica. Ambas são bifurcações da própria Diplomática, coexistem em paralelo e atendem a objetos de estudos diferentes. Nesse sentido, a Diplomática Clássica tem como objeto de estudo, instrumentos e escrituras da Antiguidade e Baixa Idade Média. Ao passo que a Diplomática Moderna, adaptada pelos

princípios e conceitos da Diplomática Clássica, expandiu seu campo de atuação, visando atender aos documentos modernos e contemporâneos principalmente do campo jurídico (DURANTI, 2009).

À vista disso, em 1867, Von Sickel propôs uma reformulação para a análise crítica dos diplomas. Nas conformações de Mabillon, a autenticidade de um documento dava-se por meio da comparação do espécime documental a outros documentos previamente validados considerando a mesma autoria e período. Desse modo, após tal análise comparativa é que se emitia um parecer acerca da genuinidade do documento avaliado (TOGNOLI, 2014).

A metodologia sugerida por Von Sickel (1867) preconizava procedimentos que, por intermédio da observação direta, possibilitavam a comparação de escrituras, permitindo a compreensão dos padrões de escrita de cada notário, bem como o entendimento dos elementos que compunham os documentos, ação que passou a ser entendida como o primeiro princípio da Diplomática Moderna.

Por meio da análise comparativa entre os documentos emitidos pela chancelaria, Sickel pôde constatar que alguns documentos, que foram atribuídos equivocadamente como falsos por assumirem uma configuração pouco convencional, tinham de fato procedência verídica, e que a distinção da sua apresentação se dava por esses documentos haverem sido emitidos pelos próprios interessados —que tinham fé pública— em um ambiente exterior às chancelarias. Com isso Sickel conseguiu estabelecer a separação entre o produtor do documento e o redator (NASCIMENTO, 2009; RONDINELLI, 2011).

Os estudos de Sickel, também introduzirão as primeiras discussões de documento diplomático, que pode ser entendido como um documento escrito sob moldes pré-estabelecidos com o propósito de testemunhar uma ação jurídica² (VON SICKEL, 1867). Para o autor, o testemunho diplomático manifesta-se como um conjunto de elementos profundamente relacionados e imprescindíveis a constituição de um documento, para que assim se possa legitimar a existência de um fato jurídico.

Além disso, Sickel caracteriza-se como o primeiro teórico que separou

² A definição original de Sickel em sua obra: "Urkunden nur schriftliche in entsprechende Form gekleidete Aeusserungen Fiber Gegenstand rechtlicher Natur (VON SICKEL, 1867, p.3)."

a análise do documento em *texto* e *protocolo*. As distinções de texto e protocolo, até então jamais vistas nos apontamentos concernentes à Diplomática, passaram a ser elementos imprescindíveis na composição de qualquer documento diplomático (SICKEL, 1867; TOGNOLI, 2014).

Os protocolos delimitam o início e fim do texto do discurso diplomático, sendo a sua finalidade promover os elementos que atestam a validade legal do documento diplomático. Além disso, a estrutura dos protocolos inicial e final podem apresentar o mesmo modelo quando se tratarem do mesmo autor ou da mesma proveniência jurídica. No que refere se ao teor documental, o texto propriamente dito, ele pode apresentar variações quanto ao conteúdo a depender da natureza do ato jurídico (BELLOTTO, 1999; TOGNOLI, 2014).

Contemporâneo aos estudos de Sickel, Julius Ficker contribuiu para o entendimento dos conceitos relacionados ao momento da ação (*actio*) e o momento de criação (*conscriptio*) condizentes ao motivo e a concretização da criação do documento propriamente dito (TOGNOLI, 2014). Segundo Bellotto (2004, p.58, grifo nosso)

[...] a *actio* pode ser mais profundamente considerada a **ação ou atuação da parte ou das partes interessadas na criação, modificação ou extinção de determinada situação jurídica**. A *conscriptio* pode ser vista **como a passagem para o escrito, sob condições juridicamente válidas**, dessa atuação das partes (a própria etimologia da palavra explica isso: de *conscribo*, consignar por escrito).

A importância das contribuições de Ficker para Diplomática deve-se ao fato que, anterior às suas percepções, o documento que apresentasse alguma intercorrência, a exemplo da escrita equivocada da datação cronológica, era contiguamente atribuído como um documento falso, sem que ao menos houvesse um estudo crítico. As colaborações de Ficker, conjugadas ao método de Sickel, possibilitaram que o documento pudesse ser analisado desde a ação que motivou a sua criação a todos os atores envolvidos autor, redator e destinatário, até a sua concretização (DURANTI, 1989; TOGNOLI, 2014).

À vista disso, a literatura escrita durante o período em que se estabeleceu a Diplomática Moderna, não se limitava aos arquivos, na condição de instituição custodiadora. Porém, os documentos em custódia das entidades arquivísticas continuavam a ser objeto da atenção dos estudiosos diplomatas, em sua maioria com o propósito de analisar criticamente os

documentos ali acondicionados, visando compreender a historicidade do contexto da sua criação.

Assim, Tognoli (2014) afirma que, a alta demanda com relação ao acesso aos documentos de arquivos pelos diplomatas, com o intuito de compreender o passado, influenciou negativamente a organização arquivística, ou seja, a aplicação da organização temática aplicada aos arquivos nesse período implicava na mescla dos documentos a outros de origem distintas, caracterizando-se como um retrocesso para sistematização arquivística. De acordo com Tognoli (2014) tal questão só foi solucionada com a propagação do princípio da Proveniência.

O princípio da Proveniência consiste no inaugural e mais relevante princípio da Arquivologia, pois tal fundamento está vinculado aos aspectos identitários e de individualidade dos documentos de arquivo, no que tange a sua relação com o seu produtor e entidade custodiadora. Além disso, tal princípio preconiza que os documentos não devem ser mesclados a outros de origem diversa (BELLOTTO, 1999).

Nesse contexto, a principal referência que demarcou os apontamentos diplomáticos de moderno ao contemporâneo, corresponde à ampliação das delimitações cronológicas e territoriais sugerida por Bautier em meados do século XX. Tal proposta surgiu em resposta às novas demandas da Diplomática, que após período de grandes contribuições e estudos, enfrentou uma fase de estagnação. Esse momento de recessão dos estudos diplomáticos ficou conhecido como a “crise da Diplomática”, período que suscitou novas correntes teóricas condizentes à manutenção e ampliação do campo de atuação da ciência de crítica documental. Como pode-se observar nas considerações de Tognoli (2014, p.97)

[...] seguiu-se um período de total estagnação da arte crítica, que encontrou, na segunda metade do século XX, ora defensores de uma revisão disciplinar urgente em direção à ampliação do campo de estudo da Diplomática, ora defensores de uma manutenção da erudição da arte crítica, contra-atacando o caráter técnico que a disciplina ganhara nos últimos anos.

É nesse período de expressiva comunicação científica, que tinha o propósito de findar à crise em que a Diplomática estava imersa, destaca-se o texto de Bautier, *Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'Ecole des*

Chartes, publicado no volume da *Bibliothèque de l'École des Chartes*. Para Tognoli (2014), a contribuição de Bautier revela-se como o um dos trabalhos de maior relevância para à Diplomática, pós Sickel e Ficker.

A discussão em torno da obra de Bautier (1961) consistia pelo fato do estudioso sustentar à ampliação da Diplomática para todos os documentos arquivísticos, independente da sua cronologia, reformulando assim as definições de documento diplomático para além do viés jurídico. Ou seja, Bautier (1961), chamava atenção para o fato que apesar da Diplomática nessa fase, possuir um objeto de estudo definido, o documento diplomático, este estava limitado apenas aos documentos de ordem jurídica, quando se fazia urgente a extensão dos estudos diplomáticos a outros documentos, a exemplos dos espécimes documentais de natureza administrativa.

Por conseguinte, o aporte teórico e metodológico da Diplomática e da Arquivologia para a documentação contemporânea concretizam-se de fato, a partir de novos estudos pós Bautier, mais precisamente, em 1987 na Itália, por meio das pesquisas de Paola Carucci.

O trabalho de Carucci mais especificamente a obra "*Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*", pode ser considerada um importante avanço para à aplicação da Diplomática nos documentos contemporâneos, na medida em que a obra é considerada por teóricos como Duranti (1989), Bellotto (2002), Rondinelli (2013), Tognoli (2014), entre outros, como a primeira literatura que tem como proposta estabelecer diretrizes para pôr em prática os princípios de crítica documental aos documentos de arquivo contemporâneos.

Logo, é correto afirmar que a Diplomática conjugada à Arquivística possibilita a compreensão dos aspectos relacionados à autenticidade do documento, e que esta também podem ser aplicadas aos documentos contemporâneos do âmbito público e privado. Além disso, a Diplomática corrobora para compreensão do contexto de produção e criação do documento de arquivo, podendo desse modo, subsidiar outras atividades do arquivista, a exemplo da descrição arquivística.

Nesse sentido, Carucci (1987) assim como proposto por Sickel (1867) considera que deve ser aplicado aos documentos contemporâneos, a distinção entre protocolo inicial, texto e protocolo final. Contudo, outros

elementos constituintes aos documentos, a exemplo da titulação ou saudação, devem ser considerados como uma exceção, uma vez que estes aparecem mais frequentemente em documentos tradicionais, majoritariamente de viés jurídico.

Por conseguinte, Duranti (1989; 1990; 1992) que seguindo a mesma corrente teórica de Carucci (1987) desenvolveu novos estudos comparativos entre os documentos medievais e contemporâneos, promovendo novas aplicações para a Diplomática baseando-se na aplicação dos princípios diplomáticos aos documentos contemporâneos da América do Norte, mais especificamente do Canadá.

Os estudos de Duranti (1989; 1990; 1992), convergem aos apontamentos de Carucci (1987) ao afirmar que a utilização do método diplomático aos documentos contemporâneos não implicavam na reformulação dos princípios de crítica documental previstos nas obras produzidas no século XIX, já aplicados aos documentos da Baixa Idade Média e da Antiguidade, o que era necessário era adaptação do método para que pudessem ser enquadrados aos estudos dos documentos contemporâneos, haja vista o elo entre a Diplomática e a Arquivística (TOGNOLI, 2014).

Tognoli (2014) considera que os estudos de Duranti para à Diplomática Contemporânea, também denominada por alguns autores, a exemplo da própria Tognoli, como Diplomática Arquivística ou Tipologia Documental, possibilita ao arquivista a compreensão do conjunto documental e de todo o contexto vinculado à sua criação, por meio da aplicação do método diplomático.

Duranti, na sua sequência de artigos denominados como *Diplomatics: new uses for an old Science*, sendo a primeiro publicado em 1989 e o último publicado em 1992, define o que seria os elementos internos e externos imprescindíveis à análise dos documentos contemporâneos, separando seus elementos internos e externos por meio de uma análise minuciosa dos documentos contemporâneos da América do Norte .

As contribuições de Duranti para o desenvolvimento da Diplomática Contemporânea, proveem a análise crítica dos documentos de maneira mais abrangente. Além disso, a relevância nas definições do contexto para aplicação Diplomática aos documentos e importância em separar os

documentos por parte no momento da aplicação do método devem principalmente pela complexidade dos padrões jurídicos e administrativos em que os documentos são gerados, a exemplo das configurações jurídica-administrativa que influenciam na forma com que os documentos são gerados no século XXI.

Assim, de modo a elucidar as mudanças e as aplicações da Diplomática enquanto método apresenta-se no quadro a seguir as contribuições dos principais teóricos quanto ao desenvolvimento do método.

Quadro 1 – O método diplomático do período clássico ao contemporâneo.

DIPLOMÁTICA CLÁSSICA	DIPLOMÁTICA MODERNA	DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA
ELEMENTOS INTERNOS		
<p>Mabillon (1681): Invocação (<i>Invocatio</i>), inscrição e titulação (<i>inscriptio e titulis</i>), precação (<i>imprecationes</i>), selos (<i>sigilla</i>), subscrições (<i>subscriptiones</i>) e datas (<i>nota chronologica</i>).</p>	<p>Sickel (1867) e Ficker: <i>Actio</i> e <i>Conscriptio</i>. protocolo inicial: (1) invocação, (2) nome e título; texto: (3) Nome, títulos e predicados do destinatário, (4) Preâmbulo, (5) Notificação, (6) Exposição, (7) dispositivo, (8) forma de corroboração, (9) anúncio dos sinais de validação; protocolo final: (10) assinatura, (11) datas e (12) precação.</p>	<p>Carucci (1987) considera uma ordem de importância para verificação dos documentos modernos. Tais elementos são inerentes a constituição do documento são esses: (1) autor, (2) destinatário, (3) texto, (4) subscrição/assinatura e (5) data. Duranti (1991): Protocolo inicial: (1) timbre, (2) título do documento, (3) data tópica e cronológica, (4) invocação, (5) subscrição, (6) inscrição, (7) saudação, (8) assunto, (9) formula perpetuitatis, (10) precação; Texto: (11) preâmbulo, (12) notificação, (13) exposição, (14) dispositivo, (15) cláusulas finais; Escatocolo ou protocolo final: (16) corroboração, (17) datas, (18) precação, (19) saudação, (20), cláusula complementar, (21) atestação, (22) qualificação de assinatura e (23) notas secretariais.</p>

ELEMENTOS EXTERNOS		
material — <i>materia</i> —, ou seja, os suportes cujo eram escritos os documentos. A exemplo de pergaminhos, papiro, tábuas de argila, chumbo, pedras.	Os materiais utilizados para escrever o documento, o tipo da escritura, as abreviaturas, os selos e comentários no dorso do documento.	Carucci (1987): Sugere elementos adicionais a Diplomática Moderna, são exemplos possíveis registros de classificação ou carimbos colocados posteriormente a criação do documento. Duranti (1991): (1) o meio, (2) escrita, (3) linguagem, (4) sinais especiais, (5) selos e (6) anotações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das obras de Duranti (1991), MacNeil (2000) e Tognoli (2014).

Destarte, faz-se necessário ressaltar que bem como os documentos medievais, os documentos contemporâneos podem não apresentar todos os elementos no corpo do documento. Ainda, alguns elementos podem não aparecer na mesma ordem que prevista por Duranti, haja vista outros elementos que interferem na produção documental, a exemplo das variações da estrutura documental de país para país, e do próprio sistema jurídico (TOGNOLI, 2014).

Assim, pode-se inferir que nas formulações condizentes a Diplomática Clássica, definem-se os pilares do que viriam a contribuir para consolidação da Diplomática enquanto método. Sendo assim, no período em que se estabelece a Diplomática Clássica o objetivo dos estudiosos consistia em atender a alta demanda jurídica-administrativa envolvendo questões de autenticidade documental, sendo assim não era propósito da época conferir cientificidade à Diplomática.

No que diz respeito a Diplomática Moderna, a está pode-se atribuir a consolidação e sistematização da Diplomática enquanto método, à luz das obras de teóricos como Mabillon, Sickel e Ficker. A convergência dos apontamentos diplomáticos neste período dá-se, pelo que Tognoli (2014, p.133) denomina como “a intenção dos autores de fazer da arte crítica uma ciência”, por influência da própria cientificidade que emergia no século XIX. Contudo, os princípios dispostos pela Diplomática Moderna, não atendem às especificidades dos documentos de qualquer período. Além disso, a relação entre a Diplomática e a Arquivística não haviam se consolidado neste período.

Diante disso, à Diplomática Contemporânea provê a concepção de um método exequível aos documentos contemporâneos a partir das obras de Carucci, haja vista que autora foi a pioneira em aplicar o método diplomático aos documentos contemporâneos da administração pública à época. Sendo obra de Carucci, estímulo para outros estudos que contribuíram para consolidação da Diplomática Contemporânea, a exemplo de Duranti, que torna compreensível os elementos externos e internos constituintes aos documentos contemporâneos, bem como o uso do método da Diplomática para compreensão do contexto em que o documento foi gerado.

Por fim, pode-se inferir que a formalização da Diplomática enquanto método, primeiro se dá pelas considerações dispostas por Sickel (1867), quando este sistematiza diretrizes para à análise dos documentos medievais focados na crítica documental. É importante destacar, que a aplicação do método diplomático varia de acordo com o documento, sendo assim a Diplomática Moderna não inválida a Diplomática Contemporânea. Por intermédio desta última, é possível analisar a forma e a gênese dos documentos eletrônicos e nato digitais, contribuindo para outras atividades do fazer arquivístico que impactaram na preservação e acesso à informação arquivística.

À vista, dessas considerações no capítulo seguinte abordar-se-á sobre aplicação do método diplomático aos documentos contemporâneos.

4 APLICAÇÕES DO MÉTODO DIPLOMÁTICO

Com base no capítulo anterior, pode-se inferir que a Diplomática, permite por meio da identificação dos elementos internos e externos de um documento, atestar a sua autenticidade e integridade, ou seja que este não apresenta adulterações. Somando-se a isso, por meio de tal ciência, pode-se constatar as características relacionadas a sua confiabilidade, que é a qualidade do documento arquivístico no que tange a sua credibilidade, isto é o documento possui elementos que asseguram o fato ao qual se refere (TOGNOLI, 2018).

Além disso, por meio do método diplomático é possível entender o contexto de criação, produção e atividade do documento, ou seja, a Diplomática proporciona para o arquivista ou profissional da informação a compreensão da gênese documental, sendo este princípio, considerado o principal propósito da Diplomática Contemporânea (DURANTI, 2009; TOGNOLI, 2018).

Nesse sentido, a gênese documental, destacando-se aqui o documento público diplomático que consiste, na evidência escrita sob moldes pré-estabelecidos com viés jurídico-administrativo, provido de fé pública. Corresponde a identificação da proveniência, espécie, tipo documental e categoria (BELLOTTO, 2008; SICKEL 1867). Além disso, elucidar a gênese e a forma de um documento arquivístico, corresponde no reconhecimento dos atributos essenciais na constituição do documento. Isto é, diagnosticar a união da ação, fato ou ato – *actio* – conjugadas a sua materialização a um suporte por meio de um veículo redacional, semântico e juridicamente credível, o *conscriptio* (BELLOTTO, 2008; TOGNOLI, 2014).

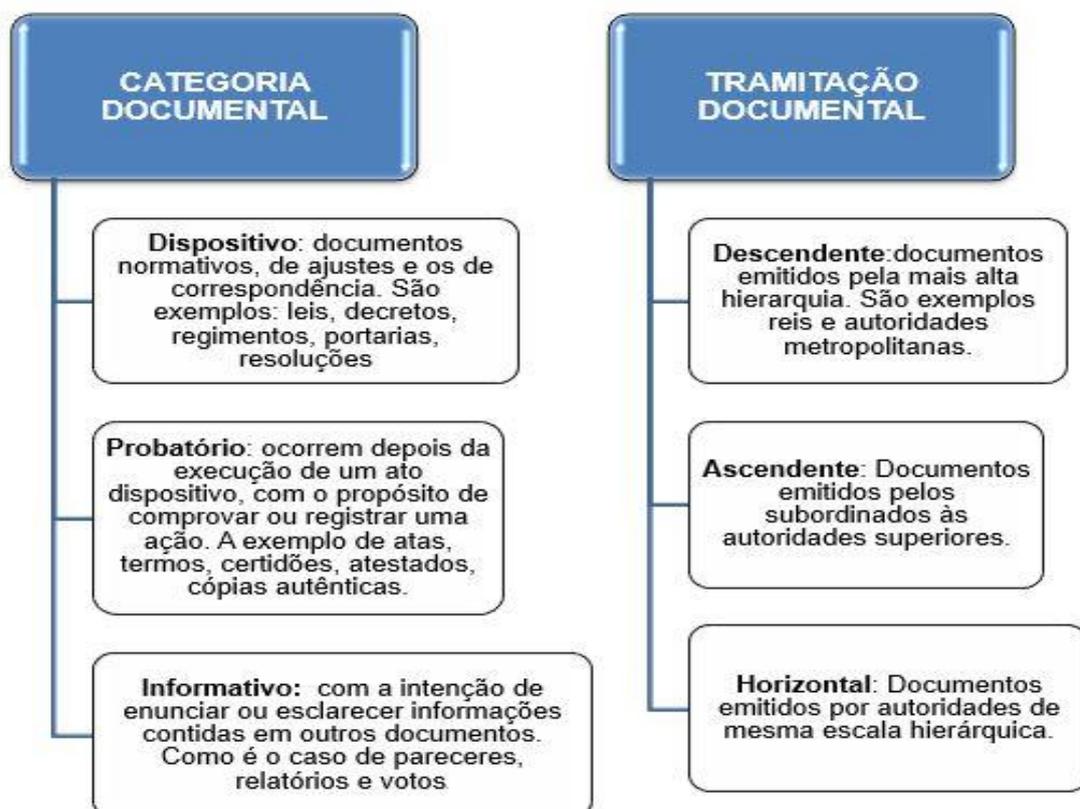
Para tal, Bellotto (2008) nos traz a importância da identificação anterior da espécie documental, tipo e formato. A **espécie documental** é a conformação de um documento baseado na ordenação e características das informações nele expressas. Ou seja, é o meio semântico determinado para documentar a ação. Já o **tipo documental** corresponde ao aspecto apresentado por uma espécie documental segundo a atividade que o gerou. Enquanto, o **formato** corresponde ao suporte cujo a ação foi registrada.

Como exemplo, uma ata que corresponde a um documento

testemunhal que retrata o relato sucinto das ocorrências e deliberações de uma reunião, corresponde a uma espécie documental. Seguindo o exemplo anterior, quando se tem uma ata, que trate da posse de um cargo público, por exemplo, está correspondendo à ação ou atividade de registrar o ato da tomada de posse do cargo, assim, o tipo documental corresponde à espécie documental conjugada a atividade, neste caso a ata de posse. Isto é, a reunião de posse corresponde a atividade ou ação que resultará na criação da ata. Enquanto, a ata corresponde ao veículo redacional escolhido para documentar o fato. Por fim, o formato diz respeito ao suporte utilizado para documentar a ação (BELLOTTO, 2008; TOGNOLI, 2014).

Isto posto, a próxima etapa consiste em discernir a categoria do documento, relacionado à relevância jurídica do espécime documental. E a identificação da tramitação documental, que corresponde a estrutura burocrática vinculada a criação do documento. Conforme figura 2 a seguir:

Figura 2 – Categoria e Tramitação Documental



Fonte: elaborado pelo autor baseados nas obras de Bellotto (2002; 2008).

O reconhecimento da natureza, física ou jurídica de instância pública ou privada, da ação que motivou a criação (*actio*) e materialização do documento (*conscriptio*) também são relevantes para os estudos de crítica documental. Uma vez que, é a partir de tais elementos é possível identificar as relações entre o documento e o seu respectivo autor (TOGNOLI, 2014).

Por conseguinte, após identificação dos elementos expostos analisa-se o discurso diplomático. Por meio da identificação dos protocolos e do texto do documento em análise. Vale salientar que nem todos os elementos se fazem presentes em todas as espécies documentais (BELLOTTO, 2014).

Para a aplicação do método diplomático, faz-se necessário inicialmente a identificação das características relacionadas as ditas fórmulas obrigatórias, condizentes a espécie documental que são determinadas por meio da ação e finalidade que resultaram na criação do documento. Ou seja, na identificação das características referentes ao protocolo inicial, texto e o protocolo final.

Nesse sentido, segundo Duranti (1991), os elementos internos dos documentos contemporâneos classificam-se da seguinte maneira: **Protocolo inicial:** (1) timbre, (2) título do documento, (3) data tópica e cronológica, (4) invocação, (5) subscrição, (6) inscrição, (7) saudação, (8) assunto, (9) *formula perpetuitatis*, (10) precação; **Texto:** (11) preâmbulo, (12) notificação, (13) exposição, (14) dispositivo, (15) cláusulas finais; **Escatocolo ou protocolo final:** (16) corroboração, (17) datas, (18) precação, (19) saudação, (20), cláusula complementar, (21) atestação, (22) qualificação de assinatura e (23) notas secretarias. Conforme quadro 2 a seguir.

Quanto os elementos externos condizentes ao suporte, ou o material que documento é apresentado, e a sua aparência externa identifica-se a partir dos seguintes elementos: (1) o meio, (2) escrita, (3) linguagem, (4) sinais especiais, (5) selos e (6) anotações (DURANTI, 1991). Além disso, identifica-se os aspectos relacionados a Tradição documental, referente ao acesso do documento analisado, ou seja, se o objeto de análise é uma minuta ou rascunho, original ou cópia. Sendo que, o documento original possui maior relevância e importância quando comparados a uma minuta ou cópia (TOGNOLI, 2014).

De modo a sumarizar o exposto, o quadro a seguir visa demonstrar as etapas e elementos da análise diplomática aos documentos contemporâneos.

Quadro 2 – Aplicações do método diplomático.

ELEMENTOS INTERMEDIÁRIOS	
Espécie documental	Apresentação do documento de acordo com a ordenação e as características das informações nele contidas.
Tipo documental	Corresponde a apresentação da espécie documental, com base na atividade que o gerou.
Categoria documental	Dispositivo, probatório ou informativo.
Tramitação documental	Descendente, Ascendente ou Horizontal.
Natureza do ato	Público ou privado.
ELEMENTOS INTERNOS	
PROTOCOLO INICIAL	
Timbre	Contempla o nome da autoridade física ou jurídica e demais titulações.
Título do documento	Ata, certidão, ofício, entre outros.
Data tópica e cronológica	Faz menção ao local, dia, mês e ano da emissão do documento.
Invocação	De modo geral, este elemento é comumente visto em atos dispositivos mais antigos ou documentos religiosos. A exemplo da expressão em “nome de Deus”.
Subscrição	Nome do emissor/autor do documento ou da ação.
Direção ou endereço	Destinatário individual ou coletivo.
Saudação	Palavra de cumprimento.
Assunto	Declaração sobre o teor do documento.
<i>Formula Perpetuitatis</i>	Sentença que declara os direitos discutidos no documento.
TEXTO	
Preâmbulo	As razões de maneira sucinta sobre a criação do documento (ato), sejam essas morais, jurídica ou administrativa.
Notificação	Declara que o ato registrado no documento a comunicado a todas as partes interessadas. Um exemplo de preâmbulo pode ser visto na expressão “tenho a hora de comunicar a vós”.
Exposição	Este elemento consiste na narração dos motivos que resultaram no registro documental do ato, ou seja, as razões políticas, administrativas, pessoais que levaram a criação do documento.
Dispositivo	É o cerne do documento, expressa à vontade ou julgamento do autor ou do ato, é expresso por meio de um verbo que enuncie a natureza da ação ou função do documento.
Cláusulas finais	Apresenta os meios morais ou materiais que garantam a execução da vontade expressa no dispositivo.
PROTOCOLO FINAL OU ESCATOCOLO	
Datas	As datações tópica e cronológica podem aparecer no

	final do documento ou ainda, podem ser repetidas a depender da ação ou meio no qual o documento foi emitido.
Precação	Apresenta-se por meio de assinaturas de testemunhas ou outros sinais de validação. A exemplo de selos ou carimbos.
Saudação	Cumprimento/mesura.
Cláusula complementar	Modo que expressa respeito, podendo ser a própria saudação.
Atestação	Registro das partes que participaram da construção do documento autor, coautor, escritor, testemunhas.
Qualificação de assinatura	Menção do título e cargo (competência) do autor que subscreve o documento.
Notas secretariais	Indicação de que o documento é copiado para outras partes interessadas.
Idioma	Língua em o documento foi escrito.
Estilo de linguagem	Estilo formal empregado (jurídico, administrativo, científico, jornalístico).
ELEMENTOS EXTERNOS	
Material	Suporte.
Tipo de escrita	Redação e composição.
Qualidade de impressão	Visualização; integridade do documento.
Meio de registro	O dispositivo no qual a mensagem está sendo transmitida, analógico, eletrônico ou digital.
Sinais de validação	Carimbos / assinaturas.
Estado de transmissão	Pré-original, original ou pós-original.
Informações complementares	Fundo produtor/recebedor, grupo, série e outras informações adicionais.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas obras de Bellotto (1999; 2002; 2008), Duranti (1991) e Tognoli (2014).

Assim, por intermédio dos fundamentos preconizados pela Diplomática Contemporânea, Tipologia Documental ou Diplomática Arquivística é possível, analisar os aspectos condizentes a forma e gênese dos documentos, além disso, o estudo de tais elementos provê informações relevantes que subsidiarão outras atividades do arquivista, a exemplo da classificação e descrição. Em vista disso, o capítulo seguinte apresentar-se-á sobre as notas taquigráficas, quanto a sua estrutura, criação e histórico.

5 REFLEXÕES SOBRE A TAQUIGRAFIA

Sendo o objeto de pesquisa deste trabalho, o estudo dos elementos constituintes das notas taquigráficas por meio da análise diplomática, faz-se necessário a compreensão do contexto de criação e conceituação relacionados a esses documentos.

A Taquigrafia ou estenografia corresponde ao estilo de escrita fonética, isto é, por meio de cada símbolo taquigráfico, os taquigramas que representam um fonema ou vogal (CURY, 2019; MACHADO, 2015).

Desse modo, a Taquigrafia corresponde a uma sistemática de escrita abreviada que visa por meio do uso de sinais, oriundos da geometria, a exemplo de retas e círculos, captar de maneira ágil e eficiente o registro preciso e simultâneo de uma ação falada, a exemplo de discursos, palestras e seminários (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2012). Em suma, os apontamentos taquigráficos permitem por meio de um sistema de escrita fonética documentar o conteúdo fiel de uma prática discursiva no ato da sua ocorrência.

Nesse sentido, o princípio basilar da Taquigrafia é captar palavras por meio da representação de fonemas — os sons das sílabas — e vogais. De acordo com Machado (2015), há diversas metodologias para conversão de palavras/sons em taquigramas, não havendo consenso acerca da quantidade de métodos existentes relacionadas a aplicação da Taquigrafia. Contudo, compreende-se como as metodologias mais conhecidas as seguintes: Maron, Martí, Estencial (Italiano-Abramo Mosciaro), Gregg (Grego), Martí-versão prof. Adhemar Ferreira Lima Leite Alves, Arlindo Lima, Nélon de Oliveira, Franz Xavier Gabelsberg (Alemão), Pitman (Inglês), Emilie Quiantes (Italiano), Prevast (Francês), Delaynoy (Francês), Taquigrafia Congruente (Paulo Schumaker), Tchima (Itália), Martiniano, Scholástico, David Gautério – Gregg, Duployé, Aimé-Paris, Prévost, John Willis, Meschini, Gabelsberger-Noe, Taylor-Delpino (Parlamento Italiano, em 1948) e Professor Nelson de Sousa Oliveira, na Bahia (MACHADO, 2015).

Por conseguinte, dentre os diversos métodos de aplicação e uso da taquigrafia destacam-se o método de Samuel Taylor (1826), que em sua obra propõe um modelo universal de taquigrafia, por meio de padrões para os

fonemas. Assim, por conta de tais contribuições de Taylor (1826) para os estudos taquigráficos, o teórico é considerado o pai da Taquigrafia Moderna (CURY,2019).

À vista disso, é importante ressaltar que apesar das variações metodológicas quanto as aplicações da Taquigrafia, a premissa que rege todas essas metodologias fundamenta-se na representação de elementos visando posterior tradução e acesso da informação. Desse modo, a entidade ou órgão jurídico-administrativo institucionaliza uma ou mais técnicas relacionadas a aplicação da Taquigrafia com o propósito estabelecer um padrão para conversão das palavras em símbolos, visando a sua posterior tradução para norma culta padrão, como ocorre no cenário legislativo brasileiro (MACHADO, 2015; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2012).

Outro ponto a ser observado, corresponde ao fato de que o taquígrafo ou estenógrafo pode criar um sinal próprio para representar outras palavras que melhor se adequem às necessidades da organização, ou seja, ainda que um determinado órgão adote uma metodologia de aplicação taquigráfica, estas podem apresentar taquigramas diferentes de uma outra instituição que possua o mesmo método (CEZIMBRA, 2014).

A seguir propõe-se apresentar os principais marcos ligados a história da Taquigrafia.

5.1 BREVE HISTÓRICO DA TAQUIGRAFIA

O surgimento das primeiras formulações ligadas a Taquigrafia deu-se primeiramente na Grécia Antiga em meados do século II a. C. quando estudiosos gregos reuniram as abreviações comuns (*notae vulgares*) à época, ação que permitiu as primeiras formulações de estenografia ou taquigrafia pública (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2012).

Por conseguinte, o primeiro sistema organizado, considerado como a base da Taquigrafia surgiu na Roma Antiga, por meio da obra de Marco Túlio Tiro escrívão liberto e secretário de Cícero, orador e político romano, que em 70 a.C., influenciado pelas abreviaturas (notas) gregas, acrescentou novas formas de representação das palavras, adaptadas as necessidades romanas,

com o propósito de registrar as discussões nas tribunas dando origem as Notas Tironianas (MACHADO, 2015).

As Notas Tironianas foram utilizadas pelos escribas durante 12 séculos consecutivos para documentar os discursos e debates do parlamento romano, sendo seu primeiro registro em 70 a.C. cujo documenta um discurso realizado por Cícero a Verres, no período da Roma Antiga (MACHADO, 2015; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2012).

Desse modo, o trabalho de Marco Túlio Tiro proveu as primeiras formulações que embasaram os apontamentos taquigráficos pois é a partir das Notas Tironianas que surgem, novas formas de abreviações fundamentadas em variações de representação da escrita, a exemplo do uso de terminações que indicavam as flexões finais das palavras.

Assim, é propósito da Taquigrafia desde a sua gênese promover a documentação de atos administrativos, jurídicos e/ou históricos expressados por meio de um discurso. Para tanto, por intermédio da Taquigrafia é possível a descrição de elementos que expressem as nuances e o teor do ato registrado, ou seja, no caso das atividades parlamentares, o conteúdo das sessões legislativas (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2012).

Nesse sentido, a história da Taquigrafia vai ao encontro da Paleografia e da Diplomática. Haja vista que o método de Tiro foi utilizado até o século XVII, período de nascimento da Paleografia e da Diplomática, destacando-se aqui a Paleografia que estudou uma série de processos gráficos presentes nos livros, que apresentavam abreviaturas romanas, isto é, os símbolos utilizados para escrita da taquigrafia. Além disso, anterior ao surgimento do papel, os romanos usavam tabuletas — tabulas rasas — feitas de madeira ou marfim como suporte para as Notas Tironianas e para taquigrafar as mensagens faziam uso de estiletos de metal, osso e derivados, objetos de estudo da Paleografia (MACHADO, 2015).

Somando-se a isso, há citações acerca da relevância das Notas Tironianas ligadas aos estudos diplomático, a exemplo das citações de Mabillon feitas em sua obra *De re Diplomatica* publicada no ápice dos confrontos acerca da autenticidade dos documentos. Mabillon, no livro I menciona em dois capítulos sobre a escrita entre romanos e do propósito das Notas Tironianas, o que evidencia também a presença da taquigrafia nas

Ordens religiosas. Além disso, a taquigrafia teve aderência pela Corte Papal no período da Idade Média, a exemplo das anotações particulares dos Papas Pio II e Pio III (CURY, 2019; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2012).

Por conseguinte, a Taquigrafia também foi aderida por diversas personalidades que contribuíram para seu desenvolvimento ou que fizeram uso de suas aplicações para registrar seus documentos. São exemplos, Júlio César Otaviano, o Imperador Augusto; o romancista Charles Dickens, o escritor Franz Kafka, Isaac Newton, entre outros (CURY, 2019; MACHADO, 2015; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2012).

A chegada da Taquigrafia no Brasil, deu-se por iniciativa de José Bonifácio em 1823 para funcionar na primeira Assembleia fundada no mesmo ano vigente. Bonifácio, trouxe taquígrafos portugueses a fim de registrar a fundação da constituição brasileira. Desse modo, a taquigrafia no parlamento brasileiro tem cerca de dois séculos de fundação, atuando no registro das atividades jurídicas-administrativas do legislativo, sendo validados pelo judiciário por meio da fé pública que são atribuídas às notas taquigráficas (MACHADO, 2015). Desse modo, pode-se observar que a Taquigrafia desde a sua criação demarca o registro das atividades vinculadas ao âmbito jurídico-administrativo.

5.2 A REPRESENTAÇÃO TAQUIGRÁFICA

Segundo a Assembleia Legislativa do Ceará (2012), os avanços tecnológicos corroboram para as questões ligadas a autenticidade dos registros das notas taquigráficas no que tange ao seu processo de criação e rastreabilidade. De acordo com o autor, a prática recomendada consiste na presença do taquígrafo no momento da realização do discurso parlamentar, conjugada a gravação ao vivo do discurso e posteriormente registradas em *software* computacional. Assim, a adesão de aparatos tecnológicos contribui para o aperfeiçoamento da prática do taquígrafo no âmbito do legislativo brasileiro.

Por fim, de modo a exemplificar a representação taquigráfica apresenta-se a seguir amostras de palavras do âmbito jurídico-administrativo taquigrafadas.

Figura 3 – Representações taquigráficas

Dou por lido 

Documento ilegítimo 

Ilegitimidade 

Fonte: Cury e Moreira (2006).

As assembleias legislativas brasileiras utilizam a taquigrafia desde a sua criação. O capítulo a seguir, apresenta-se a análise e discussão dos resultados acerca do estudo da forma e gênese das notas taquigráficas.

6 NOTAS TAQUIGRÁFICAS: ESTUDO DA FORMA E GÊNESE DOCUMENTAL

Neste capítulo serão apresentados a análise e discussão dos resultados, obtidos a partir da entrevista realizada com o Departamento de Taquigrafia da ALBA (DETAQ) conjugadas a aplicação da análise diplomática em uma das notas taquigráficas, que foi escolhida de acordo com o recorte explicitado no capítulo de conformação da pesquisa — fevereiro a setembro de 2019 —, a escolha da amostra deu-se aleatoriamente.

Entretanto, anterior a discussão e análise do objeto de estudo deste trabalho, faz-se necessário a caracterização da instituição escolhida, a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Assim, a seção a seguir visa caracterizar o campo de estudo pesquisado.

6.1 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA: Breve contextualização histórica

O Poder Legislativo e a produção documental são indissociáveis para desempenho das suas funções no âmbito legislativo. A exemplo da documentação produzida pelas Assembleias que compõe as deliberações, projetos-leis e outros documentos que refletem as ações que regulam o Estado.

Nesse sentido, em 1824, a Constituição Imperial denominou a criação de Conselhos Gerais das Províncias (VICENTINO; DORIGO, 2012). Assim, os Conselhos Gerais das Províncias demarcam as primeiras concepções acerca da instauração das assembleias legislativas no Brasil.

A história da ALBA inicia-se a partir do Conselho Geral da Província em 1828, composta por 21 membros cuja função consistia em sugerir leis para a Assembleia Geral do Império. No ano de 1835, instituiu-se a Assembleia Provincial, da primeira até a 11ª legislatura, sendo suas instalações no Convento do Carmo, até 1858 quando remanejou-se ao lado do Paço Municipal. A partir de 1891 a assembleia tornou-se bicameral, funcionando a câmara e o senado em prédios distintos, até o ano de 1947 nos meados do Estado Novo, quando o legislativo retornou a sua forma unicameral (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2019).

Por fim, a partir de 1947 outras mudanças foram instituídas na forma

estrutural da ALBA, a exemplo do aumento de sessões ordinárias anuais que tiveram seu número dobrado de quatro para oito. Além disso, o aumento no quadro de deputados que passaram a compor a legislatura de 42 para 60 parlamentares. Somando-se a isso, no mesmo ano vigente a contagem das legislaturas — período de execução das atividades parlamentares —, foram reiniciadas, ou seja, as legislaturas passaram a ser contadas a partir o ano de 1947 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2019).

6.1.1 ALBA: Estrutura organizacional e atribuições

De acordo com o site institucional da ALBA (2019), na contemporaneidade a Assembleia é composta por 63 parlamentares, eleitos por voto popular cujo a vigência do mandato corresponde ao período de quatro anos. Quanto a sua estrutura organizacional esta subdivide-se da seguinte maneira: os deputados organizam-se pela formação de uma mesa diretora composta por nove componentes dos quais um deles é o presidente da Assembleia; quatro vice-presidentes e quatro secretários. Já a estrutura administrativa é formada por três superintendências.

Desse modo, as principais atribuições da ALBA dividem-se em duas principais atividades que são: as distribuídas entre ações no plenário e as atribuídas as comissões. No âmbito do plenário são debatidas as proposições de novas leis e da legislação que rege o Estado. No que refere-se as comissões, estes são compostos por grupos de deputados que enunciam os projetos de leis em tramitação, e que direcionam as discussões em torno das sessões plenárias. Além disso, as comissões têm a incumbência de analisar e auditar as ações do governo baiano, bem como promover visitas, audiências e debates acerca de temáticas de interesse público.

O papel da ALBA na história e no cotidiano dos cidadãos baianos relaciona-se diretamente a compreensão da política nacional e aos fatos que marcaram a história do legislativo baiano. A exemplo, da iniciativa da ALBA na institucionalização de uma comissão da verdade em paralelo às atividades da Comissão Nacional da Verdade, visando esclarecimentos, reparações históricas e simbólicas concernentes ao período da ditadura militar (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2019).

Dentre os departamentos que compõem a estrutura administrativa da ALBA encontra-se o Departamento de Taquigrafia. Responsável por todas as etapas que dão forma às notas taquigráficas até o seu acesso ao público. Desse modo, a seção a seguir abordará acerca das rotinas e procedimentos do DETAQ, coletadas a partir da entrevista, condizentes a produção das notas taquigráficas no âmbito da Assembleia Legislativa da Bahia.

6.1.2 O Departamento de Taquigrafia da ALBA e o registro parlamentar

Em vista a necessidade de compreensão acerca do contexto de produção das notas taquigráficas na ALBA, buscou-se por meio de entrevista³ com a coordenação do Departamento de Taquigrafia do órgão conhecer e observar as rotinas e procedimentos condizentes ao registro taquigráfico. Haja vista, atender a um dos objetivos específicos propostos por este trabalho.

A ALBA conta com 22 taquígrafos em seu quadro de colaboradores, cuja atribuição consiste em registrar, transcrever, traduzir, revisar e disponibilizar — está última com a ajuda do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da ALBA — o conteúdo preciso das sessões oficiais e extraoficiais realizadas na tribuna da assembleia.

Nesse sentido, nos primeiros minutos de entrevista a coordenadora do DETAQ, chama atenção para o fato de que, o registro parlamentar não se restringe apenas a escolha da metodologia utilizada para taquigrafar o conteúdo das sessões. De acordo com a entrevistada, a metodologia é conjugada a outras rotinas e procedimentos que visam tornar o registro taquigráfico o mais autêntico possível.

Logo, os órgãos do legislativo aderem e adaptam a metodologia que melhor se adequem às suas necessidades. Somando-se a isso, há variações quanto aos procedimentos concernentes ao registro taquigráfico. Isto é, ainda que a ALBA possua a mesma adesão metodológica de uma outra instituição de mesmo nível hierárquico, esta pode apresentar variações condizentes ao registro parlamentar.

Diante do exposto, a ALBA utiliza-se do método elaborado pelo

³ Entrevista realizada no dia 26 de agosto de 2019 no Departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa da Bahia.

professor Nelson de Souza Oliveira⁴, para taquigrafar o conteúdo das sessões parlamentares. Quanto a escrita da nota taquigráfica, foi relatado que a mesma na ALBA se divide em cinco etapas: registro taquigráfico, tradução das notas, revisão, supervisão e validação, e disponibilização.

A primeira etapa consiste no registro e acompanhamento do taquígrafo na sessão plenária. Na ALBA, cada estenógrafo ou taquígrafo possui um gravador para registrar todo conteúdo ocorrido nas sessões para posterior conferência. O rascunho do registro parlamentar (por meio da escrita de taquigramas) é feita em um bloco de notas escrita a lápis ou caneta para posterior tradução. O rascunho é descartado após a disponibilização das notas taquigráficas no *síte* institucional da ALBA. Nesta etapa, cada taquígrafo é encarregado pelo acompanhamento e registro do conteúdo da sessão pelo período de quatro minutos, essa limitação visa evitar falhas no processo de escrita por questões relacionadas a atenção ou foco do estenógrafo.

É importante destacar que a gravação em áudio feita pelo taquígrafo tem o propósito de auditar os quatro minutos escrito pelo profissional. A gravação disponibilizada em áudio da sessão na íntegra é feita por intermédio de um *software* adquirido pela ALBA.

Outro ponto a ser observado ainda na primeira etapa, refere-se ao fato de que o taquígrafo deve observar e registrar também outros elementos que compõem a sessão parlamentar, a exemplo dos sinais não-verbais utilizados pelos parlamentares, das falas e intervenções realizadas pelos deputados que não foram captadas pelo microfone, e até elementos sonoros, como o soar das campainhas que marcam o tempo de pronunciamento de cada parlamentar. A coordenadora do DETAQ destaca que esses elementos não são captados pelo registro feito em áudio, sendo características essenciais para a compreensão do contexto da sessão parlamentar.

Além disso, as questões de autenticidade das notas taquigráficas, já se fazem presentes a partir da primeira escrita, ou seja, os rascunhos e minutas têm o seu teor considerado como fidedigno. Sendo consultado pelos parlamentares ainda enquanto o documento está sendo redigido. A entrevistada relatou alguns exemplos em que foi necessária a leitura das notas

⁴ sócio fundador da Associação do Professor da Bahia e da Organização Taquigráfica Brasileira (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 2019).

taquigráficas, na sua forma de rascunho para esclarecer questões e impasses dos parlamentares ao longo da sessão. De modo a reafirmar a integridade desses documentos, a coordenadora do DETAQ acrescenta: “[...] o taquígrafo é um funcionário público investido na sua função e que tem fé pública, tudo aquilo que é registrado no papel é tido como verdade, [...] mesmo que a informação não apareça no áudio, é tida como verdade... então, a gente tem que estar prestando bastante atenção em tudo que está acontecendo”.

Por conseguinte, a segunda etapa consiste na tradução das notas taquigráficas para escrita padrão. O estenógrafo substituído na tribuna retorna ao DETAQ para tradução do que foi registrado por ele, dentro do seu período. Faz-se necessário destacar que o taquígrafo realiza a tradução do que foi escrito por ele, mas a revisão é feita por outro estenógrafo que não teve contato com o que foi redigido.

Destarte, a terceira etapa corresponde a revisão de todas as partes traduzidas por cada taquígrafo que esteve presente na sessão. Essa etapa, é realizada por taquígrafos e colaboradores do apoio técnico que ouvem todos os áudios e verificam se os registros estão unificados em sua respectiva ordem. Além disso, a entrevistada relatou que utiliza -se um manual de escrita redigido pelo DETAQ da ALBA, a fim de tornar o texto o mais padrão possível conjugadas as respectivas correções quanto a gramática e a coesão, sem descaracterizar os elementos e estilos de fala do discurso de cada orador.

A quarta etapa refere-se a supervisão e validação da nota taquigráfica. Consiste na revisão final de todos os elementos constituintes ao documento. É importante, chamar atenção para o fato de que, da segunda etapa até a quarta etapa se dá por auxílio de software adquirido pela instituição, ficando registrando todos os colaboradores envolvidos em cada processo.

Por fim, a última etapa corresponde a disponibilização da nota taquigráfica. Primeiramente, na *intranet* e depois na *internet* em *site* institucional, nesses dois ambientes são realizados dois tipos de publicações como veremos a seguir. A primeira é a publicação que consiste em partes das sessões disponibilizadas duas horas após o discurso de cada parlamentar e a segunda é a versão da sessão na íntegra. As notas publicadas no site institucional na internet são disponibilizadas em conjunto ao áudio e ao vídeo do registro parlamentar.

A entrevistada também destacou para o fato que o DETAQ realiza a impressão de uma via da nota taquigráfica e arquiva junto a outros documentos (na sua maioria cópias) que compuseram a sessão parlamentar. A exemplo dos projetos de leis, pareceres e recortes de jornais. Um ano após o seu arquivamento no DETAQ, esses documentos considerados de caráter permanente, são encaminhados ao arquivo da ALBA.

A seção a seguir abordará acerca das notas taquigráficas enquanto documento diplomático.

6.2 AS NOTAS TAQUIGRÁFICAS ENQUANTO DOCUMENTO DIPLOMÁTICO

Em consonância ao contexto de produção das notas taquigráficas explicitados na seção anterior, visa-se nesta seção discutir a procedência das notas enquanto documento diplomático.

Para tanto, recorre-se a definição de documento diplomático proposta por Sickel (1867), que entende o testemunho diplomático como um registro de uma ação (ou ato) jurídico sob moldes pré-estabelecidos, com a intenção de conferir fé pública e valor comprobatório ao fato documentado.

À vista da observância das evidências coletadas durante a entrevista e em concordância com a literatura, compreende-se às notas taquigráficas enquanto documento diplomático a medida em que esta retrata um fato de natureza jurídica, cuja escrita ocorre sob normas pré-determinadas, considerando a fé pública presentes neste documento, desde da sua gênese, quando ainda é um rascunho, já sendo utilizada como fonte jurídica da sessão documentada.

A seção a seguir apresenta-se a aplicação do método diplomático.

6.3 A APLICAÇÃO DO MÉTODO DIPLOMÁTICO

A amostra escolhida para aplicação da análise diplomática corresponde a nota taquigráfica da sessão ordinária do dia 11 de setembro de 2019, de número 71, contendo 35 páginas, fólio disposto no *recto*, escolhida aleatoriamente após avaliação das notas taquigráficas das sessões ordinárias de mesmo ano vigente.

A sessão parlamentar divide-se em pequeno expediente e ordem do dia. O pequeno expediente, consiste na primeira parte da sessão ordinária, destinada à leitura da pauta (expediente) que norteará a sessão e à comunicação de parlamentares previamente inscritos. Já a ordem do dia, decorre após o pequeno expediente e consiste no assunto principal da reunião parlamentar, que foi escolhida com base na sua criticidade e relevância (CONGRESSO NACIONAL, 2019; SENADO FEDERAL, 2019).

No documento escolhido, o pequeno expediente trata-se da abertura da sessão parlamentar e leitura do expediente. Além disso, reserva-se à comunicação dos parlamentares previamente inscritos para pronunciamento em tribuna. Enquanto a ordem do dia, contempla a leitura do parecer referente ao projeto de aumento e equiparação salarial de servidores de nível médio.

Deste modo, a partir do que preconiza a literatura coletada para construção desse trabalho conjugadas a observação do contexto de criação das notas taquigráficas e dos elementos que a compõem, considera-se as notas taquigráficas como um documento diplomático testemunhal de assentamento, pois corresponde a um registro oficial e juridicamente credível de uma ocorrência (BELLOTO, 2004), neste caso a sessão parlamentar, retratando uma ação de natureza jurídica com valor comprobatório provido pela fé pública.

Além disso, considera-se que as notas taquigráficas possuem também a finalidade de fonte jurídica. Conforme observado em entrevista com o DETAQ, os documentos por diversas vezes são consultados pelos parlamentares — muitas vezes enquanto ainda estão sendo redigidos — para atestar ações importantes para manutenção da atividade legislativa, a exemplo de fóruns nominais ou votos que foram expressos ao longo da sessão, conferido às notas taquigráficas primazia absoluta. Além disso, por intermédio da nota taquigráfica é possível ter acesso ao teor de outros documentos que foram lidos ou debatidos durante a sessão, a exemplo de pareceres e projetos.

Dessa forma, pode-se inferir que o *actio*, que consiste na necessidade de criação do documento, diz respeito à necessidade de registrar o conteúdo *ipsis litteris* da sessão parlamentar realizadas na tribuna da ALBA. E por meio deste registro, é possível dispor de elementos que permitiram a compreensão

e consulta do teor das sessões parlamentares.

Já o *conscriptio*, que em linhas gerais corresponde ao registro da ação (*actio*) que gerou o documento, ou seja, o veículo redacional utilizado, neste caso a nota taquigráfica da sessão ordinária.

Quanto a espécie documental, que se refere a apresentação do documento por meio da conjugação de seus elementos (internos e externos), neste trabalho corresponde a nota taquigráfica. Em relação ao tipo documental, que diz respeito a espécie aliada a atividade, declara-se como uma nota taquigráfica de reunião (parlamentar).

6.3.1 Tramitação, Categoria e Tradição documental

Quanto a classificação das notas taquigráficas no que tange a sua tramitação, categoria e tradição documental, a partir da análise do contexto de produção e da observação direta do objeto de estudo, alinhados ao que preconiza os apontamentos de Bellotto (2004; 2008) chegou-se as seguintes conclusões: no que se refere a sua tramitação documental, condizente a sua estrutura burocrática, infere-se esse documento como descendente considerando que a sua escrita e aplicação parte de uma autoridade legal para uma escala de nível hierárquico subordinado; em relação a categoria documental entende-se como testemunhal de assentamento, conforme finalidade observada na construção desse documento. Já a sua tradição documental que consiste no estado de transmissão do documento analisado, equivale a um pós-original-cópia-imitativa figurada.

6.3.2 Análise Diplomática

Nesta seção abordar-se acerca dos resultados encontrados a partir da aplicação da análise no documento escolhido. Para tanto, optou-se por apresentar fragmentos da nota taquigráfica conjugada a identificação dos elementos internos e externos ao documento, conforme preconiza à Diplomática.

Justifica-se tal medida, em virtude das notas taquigráficas apresentarem mais um de um texto (discurso) diplomático, característica que

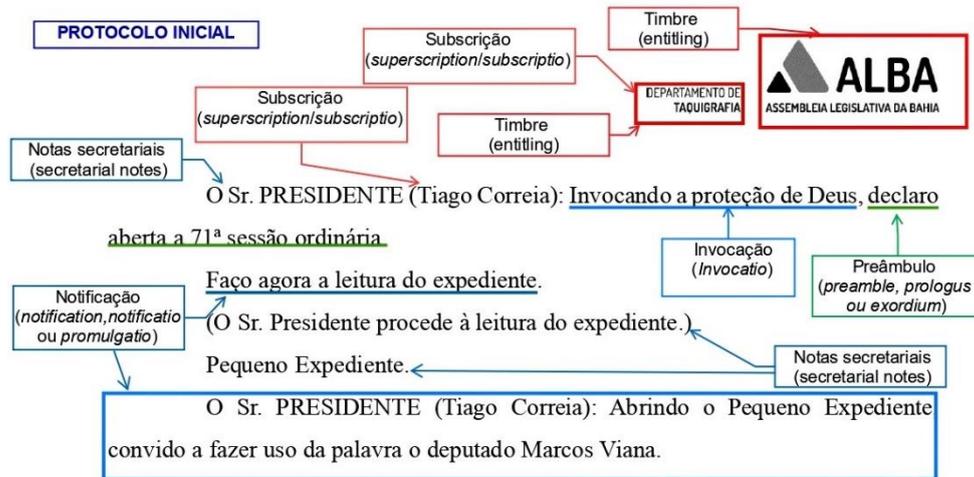
foi observada ao longo da aplicação da análise diplomática. Além disso, levando em consideração também o número de páginas que compõem o documento objeto desta pesquisa, considera-se que tal ação facilitará a compreensão do leitor. Contudo, pode-se observar a análise do documento no Apêndice B.

Diante do exposto, a análise diplomática foi realizada segundo os critérios de Duranti (1991) e Bellotto (2008), levou-se em consideração também os elementos definidos como ideais para aplicação da análise diplomática aos documentos contemporâneos propostos por Tognoli (2014).

Assim, logo no protocolo inicial da nota taquigráfica observou-se o timbre, que identifica a pessoa jurídica que emitiu o documento, o Departamento de Taquigrafia. A subscrição, o nome do autor do documento, atribui-se aos parlamentares da ALBA e ao DETAQ. Entende-se a nota taquigráfica como um documento que possui autor, redator e coautores. Ou seja, ao DETAQ cabe a autoria e redação da nota taquigráfica. Porém, o teor do documento discorre de maneira detalhada, acerca das deliberações e discussões dos parlamentares da ALBA, escritos em primeira pessoa. Logo, infere-se que os parlamentares são coautores das notas taquigráficas.

Além disso, identificou-se os elementos de invocação, preâmbulo, que pode ser entendido como as considerações gerais ou justificativa da criação do documento, notificação, que se configura como a convocação das partes interessadas, bem como da ciência destes acerca do teor do documento. Apontou-se também as notas secretariais, esta última corresponde as intervenções dos taquígrafos quanto a identificação do parlamentar. A fim de sumarizar o exposto apresenta-se a figura a seguir:

Figura 4 – Análise diplomática - Protocolo inicial



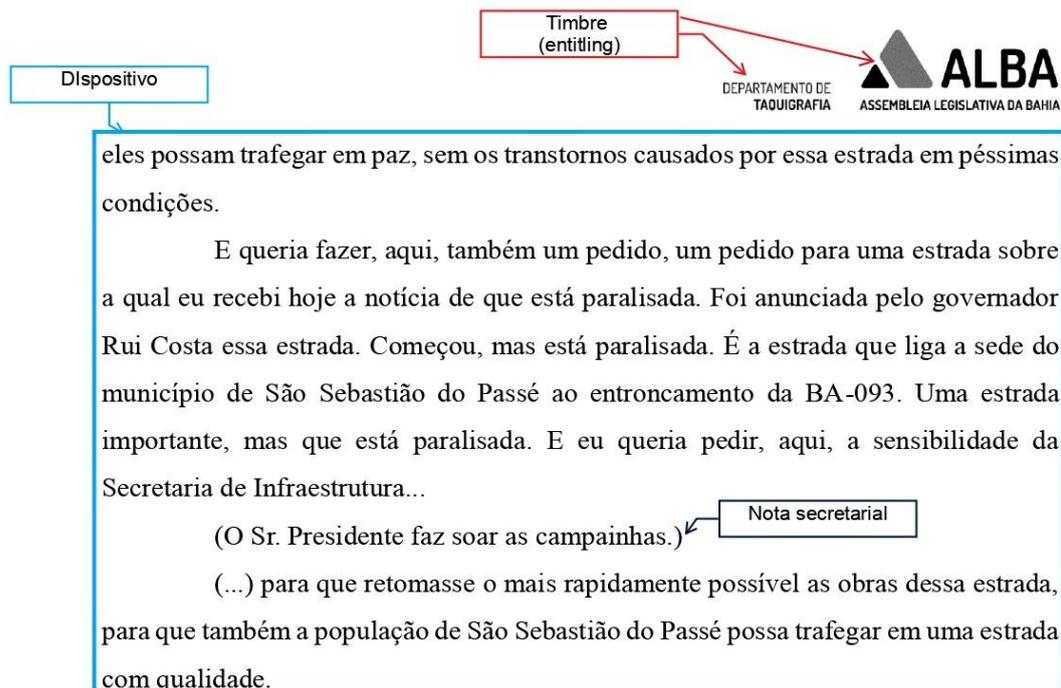
Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia (2019). Análise realizada pelo autor.

No que tange aos elementos condizentes a exposição, que corresponde explicação da causa e necessidade administrativa que resultou na criação do ato, encontrou-se a partir da observação da prática discursiva de cada parlamentar.

Revelou-se, também ao longo da análise amostras condizentes ao dispositivo, que em linhas gerais diz respeito ao âmago do documento, isto é, a essência do documento propriamente dito. No caso da nota taquigráfica está ocorre a partir da observância e identificação do objetivo que levou a inscrição do parlamentar a tribuna.

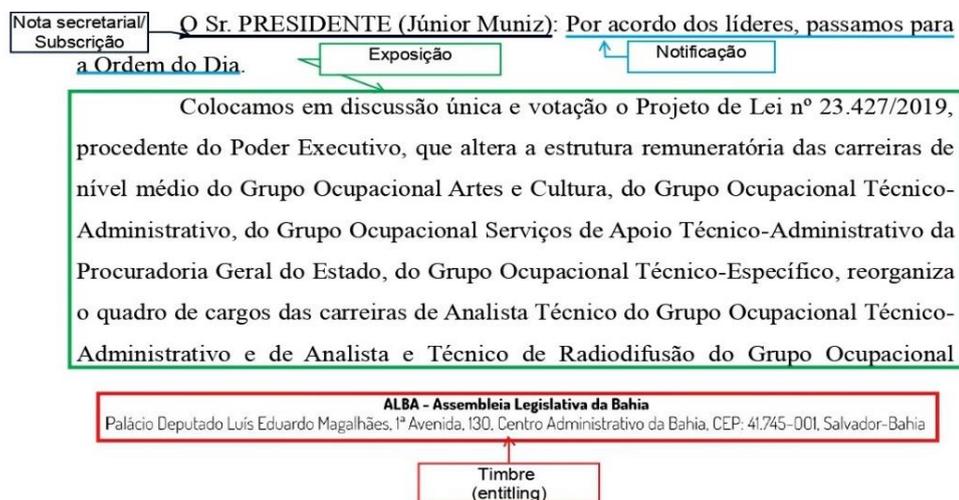
Além disso, constatou-se o complemento do timbre no rodapé de cada página da nota taquigráfica. É importante ressaltar que a data tópica e cronológica faz menção ao local, dia, mês e ano da emissão do documento. Enquanto, o timbre apresenta o nome, endereço, título e demais informações concernentes ao emissor do documento. Quanto a data tópica e cronológica identificou-se, por meio da observação da leitura do parecer que demarca a segunda parte da sessão (a ordem do dia), que corresponde ao mesmo local da reunião plenária. Diante do explicitado, apresenta-se uma amostragem de cada elemento nas figuras que se seguem:

Figura 5 – Análise diplomática – Texto diplomático



Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia (2019). Análise realizada pelo autor

Figura 6 – Análise diplomática – Texto diplomático

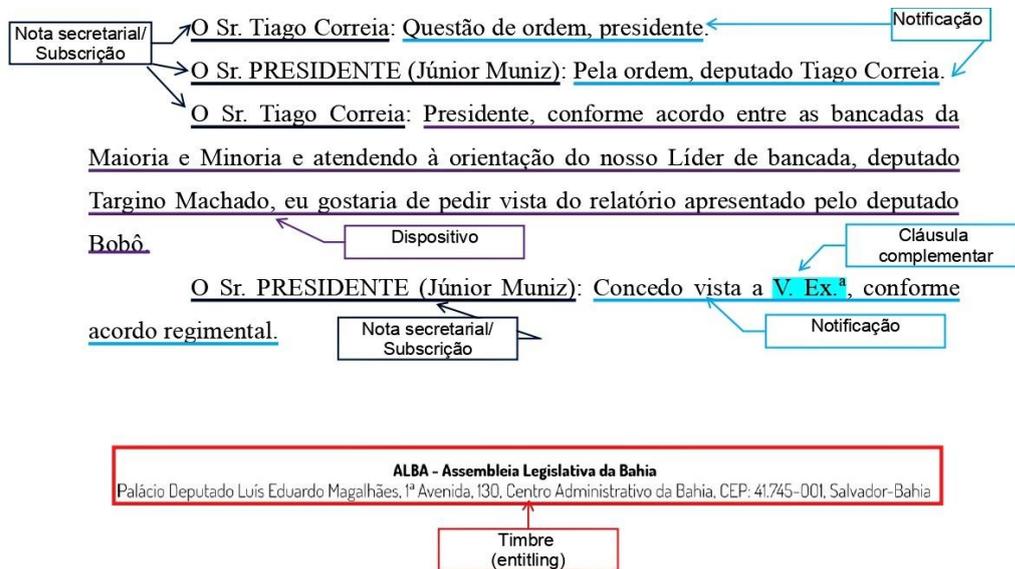


Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia (2019). Análise realizada pelo autor.

Conforme explicitado, a identificação das datas tópica e cronológica deu-se a partir da observação da leitura do parecer cujo faz referência ao local em que o parecer foi emitido, que condiz com a mesma localização geográfica da nota taquigráfica. Observou-se também, à prenuncia do protocolo final que

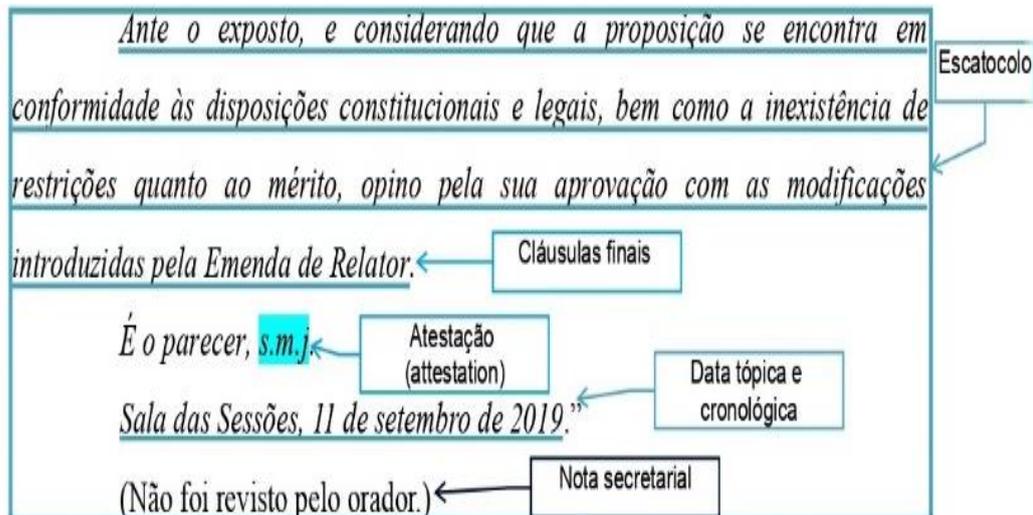
encerram cada pronunciamento, elementos condizentes as cláusulas finais, cláusula complementar e atestação.

Figura 7 – Análise diplomática – Texto diplomático



Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia (2019). Análise realizada pelo autor.

Figura 8 – Análise diplomática – Protocolo final



Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia (2019). Análise realizada pelo autor.

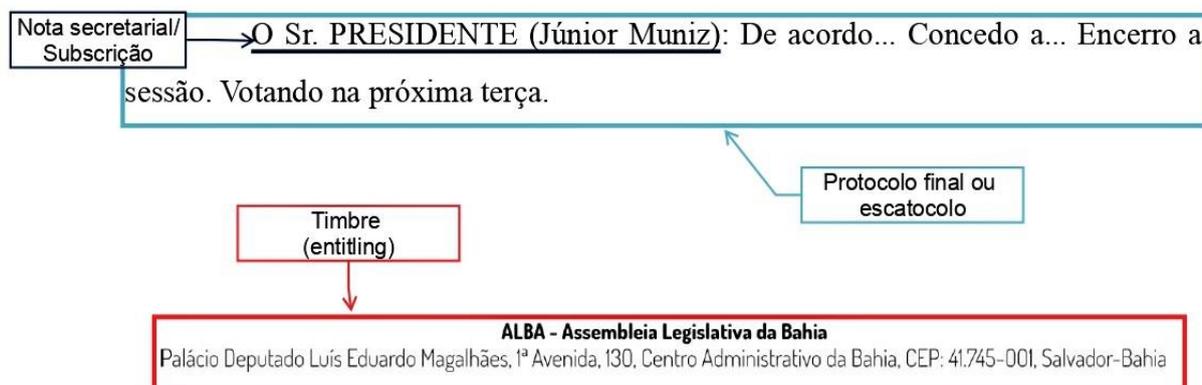
A cláusula final, corresponde a invocação de dispositivos juridicamente credíveis que corroborem na preservação e execução dos direitos explicitados no documento. Enquanto, a cláusula complementar corresponde a fórmulas

cuja intenção está demonstrar respeito ao destinatário. Já, a atestação consiste na subscrição das partes envolvidas na confecção do documento, ou seja, o emissor, autor e coautor.

Vale ressaltar, que os elementos condizentes a atestação aparece apenas na leitura do parecer supracitado na nota taquigráfica. Não sendo explicitas outros elementos que atestem a assinatura e subscrição dos responsáveis pela autoria e emissão do documento.

Pode-se observar que a conclusão do ato registrado na nota taquigráfica é demarcada a partir da declaração de encerramento da sessão, que é expedida pelo presidente dos parlamentares. Verificou-se tanto no documento em que se aplicou a análise diplomática, quanto no universo analisado para escolha da amostra inferindo-se que o ato da sessão parlamentar é iniciado e encerrado pelo parlamentar que preside a tribuna. Conforme evidenciado na figura a seguir.

Figura 9 – Análise diplomática – Protocolo final ou escatocolo



Fonte: Assembleia Legislativa da Bahia (2019). Análise realizada pelo autor.

Por fim, em observância a aplicação do método diplomático pode-se identificar todos os elementos internos, externos e intermediários que dão forma às notas taquigráficas. Assim, a seção apresenta os elementos constitutivos do documento taquigráfico.

6.3.3 Elementos constitutivos das notas taquigráficas

Visando sintetizar os elementos relativos a forma e gênese das notas taquigráficas quanto aos seus elementos internos, condizentes as características intrínsecas que dão forma ao documento; externos, referente aos componentes extrínsecos — suporte —, bem como os aspectos condizentes aos caracteres intermediários que fazem menção a relação informação-suporte que constituem às notas taquigráficas sumarizou-se no quadro síntese a seguir.

Quadro 3 – Elementos constitutivos das notas taquigráficas

Elementos internos	
Proveniência	Assembleia Legislativa da Bahia
Funções	Registro fiel da sessão parlamentar com objetivo de atestar o exercício da atividade parlamentar. Fonte de informação jurídica e comprobatória.
Conteúdo substantivo	Registro exato da sessão parlamentar
Data tópica	[sala das sessões, 11 de setembro de 2019]
Entidade	Pública
Natureza	Especializada
Elementos externos	
Espaço/ volume	88 registros até o mês de outubro
Suporte	Papel e documento digital
Formato	Folha avulsa com média entre 30 e 35 páginas e PDF
Forma/ tradição documental	Cópia
Gênero	Textual
Elementos intermediários	
Espécie	Nota taquigráfica
Tipo	Nota taquigráfica de reunião
Categoria jurídica-administrativa	Testemunhal de assentamento

Língua	Português
Área tipológica	Jurídica-legislativa

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas obras de Bellotto (2008) e Tognoli (2014).

Assim, com base nos aspectos observados a partir de entrevista com o Departamento de Taquigrafia da ALBA, conjugadas a aplicação da análise diplomática na nota taquigráfica escolhida, infere-se que as notas taquigráficas caracterizam-se como documento (arquivístico) diplomático cujo finalidade consiste em registrar fielmente a atividade parlamentar exercida durante as sessões plenárias com viés testemunhal providos por fé pública. Além disso, ainda em seu valor primário esse documento destina-se a consulta na condição de fonte jurídica, podendo tal consulta ser realizada ainda enquanto o documento é um rascunho.

Contudo, observou-se por meio da análise diplomática aplicadas ao documento, a ocultação de elementos que corroboram em atestar a autenticidade e fidedignidade das notas taquigráficas, segundo os princípios preconizados pela Diplomática. Tais elementos correspondem aos caracteres condizentes a atestação e qualificação das assinaturas, que fazem menção subscrição e função dos redatores, autores e coautores responsáveis pela feitura e testemunho do documento.

Vale ressaltar, o rigor no processo de criação do documento e na apresentação de evidências que possibilitam o rastreio dos atores envolvidos no processo de escrita, tradução e revisão das notas taquigráficas, porém tais características não ficam evidentes no documento em si. Considera-se que a ausência da subscrição e qualificação das assinaturas, não invalidam a relevância do documento quanto ao seu valor comprobatório e juridicamente credível por meio da fé pública, todavia a adesão de tais caracteres assevera os meios que garantem a sua autenticidade.

Outro ponto a ser destacado corresponde aos elementos condizentes a data tópica e cronológica, a data cronológica aparece na nomenclatura do documento digital disponibilizado no site institucional, mas não aparecem no corpo do documento. No caso da amostra utilizada para aplicação da análise diplomática, sua observância só foi possível em virtude de leitura do parecer elaborado e lido no dia e local da sessão.

Além disso, percebeu-se nas notas taquigráficas que a fé pública está implícita, quando comparada a outros documentos de natureza solene, a exemplo de traduções juramentadas e demais documentos expedidos em por órgãos de natureza jurídica, cujo redator/emissor reserva um campo no espécime documental para atestar que a informação contida nele é juridicamente credível, concedendo-lhe fé pública. Sendo uma possível oportunidade de aprimoramento para as notas taquigráficas.

No que tange, a apresentação do documento digital, este está disponibilizado em formato PDF. Contudo, notou-se que os documentos não estão protegidos por senha ou em formato PDF/A, que caracteriza-se como o formato recomendável, segundo preconiza os princípios da Arquivologia. Sendo oportunidades de melhorias na estrutura e apresentação dos documentos.

Por fim, compreende-se a caracterização da nota taquigráfica e a síntese da análise diplomática da seguinte maneira: **Nota taquigráfica:** documento diplomático testemunhal de assentamento. Refere-se ao registro fiel da atividade legislativa, a exemplo das sessões parlamentares. Quanto ao **protocolo inicial**, observa-se o timbre do órgão emissor, as notas secretarias com os acréscimos realizados pelo taquigrafo que se seguem até o final do documento, em sequência a abertura da sessão é demarcada pelo anúncio do presidente, geralmente acompanhada da **invocação**: “em nome de Deus declaro aberta a presente sessão”, seguido da notificação as partes interessadas.

Somando-se a isso, o **texto**, este é marcado pelo nome dos parlamentares inscritos para pronunciamento em tribuna e dos assuntos pertinentes ao pequeno expediente e a ordem dia. Finalmente, o **protocolo final** é demarcado pelo encerramento do presidente que conclui a sessão parlamentar, é comum o aparecimento da invocação ao término de cada sessão, a exemplo: “em nome de Deus declaro encerrada a presente sessão”.

A seguir as considerações finais deste trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo dedicou-se a compressão da forma e gênese das notas taquigráficas a partir da aplicação da análise diplomática. Além disso, buscou-se compreender esse espécime documental enquanto documento diplomático.

Assim, para cumprimento dos objetivos que nortearam esse trabalho, levantou-se por meio da literatura os critérios preconizados pela Diplomática, conjugadas a compreensão das práticas taquigráficas.

Somando-se a isso, verificou-se o processo de escrita, revisão e gestão das notas taquigráficas do Departamento de Taquigrafia da Assembleia legislativa da Bahia, a fim de compreender o contexto de criação desse documento. Ademais, analisou-se as notas taquigráficas geridas pela assembleia no ano de 2019, assim após escolha de amostra representativa, aplicou-se a análise diplomática com o propósito de elucidar seus elementos intrínsecos e extrínsecos.

Os resultados levam a crer que as notas taquigráficas caracterizam-se como um documento diplomático testemunhal de assentamento, cuja finalidade está em apresentar um registro fiel das sessões parlamentares. A partir da análise diplomática, pode-se elucidar os elementos constituintes às notas taquigráficas, desse modo considera-se que os objetivos propostos foram alcançados.

Constatou-se ao longo dessa pesquisa, que alguns elementos considerados relevantes segundo os preceitos da Diplomática são suplantados nesses documentos, a exemplo da subscrição, qualificação da assinatura e data tópica e cronológica. Caracteres que contribuem na validação e relevância documental. Cabendo a reflexão dos moldes referentes a elaboração das notas taquigráficas.

Ressalta-se, o rigor do Departamento de Taquigrafia da ALBA no processo de escrita, revisão e disponibilização das notas taquigráficas. Todavia, compreende-se que adesão de tais caracteres corrobora em atestar a natureza juridicamente credível presentes nesses documentos.

Dada à importância do tema indica-se, o desenvolvimento de estudos que visem propor a verificação da necessidade de uma remodelagem da

estrutura documental das notas taquigráficas. Além disso, propõe-se a promoção de outras pesquisas condizentes com a representação da informação desses documentos. Sugere-se também, a realização de estudos de usuários, a fim de identificar os utilizadores das notas taquigráficas enquanto fonte de informação.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Publicações Técnicas, 2005. 232 p. 1 v. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA - ALBA. **História do Legislativo**. 2019. Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/historia-do-legislativo>>. Acesso em: 13 jul. 2019.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **A taquigrafia e seus fundamentos: rápido registro da palavra falada**. Ceará: Universidade do Parlamento Cearense, 2012. 71 p. Universidade do Parlamento Cearense. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/component/phocadownload/category/4-livro?download=266:livro-tarqu>>. Acesso em : 25 set. 2019.
- BAUTIER, Robert Henri. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'Ecole des chartes. **Bibliothèque de L'ecole Des Chartes**, França, p.194-225, nov. 1961. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619>. Acesso em: 07 jul. 2019.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320 p.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado São Paulo, 2002. 120 p. 8 v. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008. 105 p. Segunda edição revista e ampliada.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Estudo diplomático da Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1751, relativa ao Regimento das Casas de Fundação das Minas. **Vária História: Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 21, p.274-294, nov. 1999. Disponível em: <<https://bdpi.usp.br/item/001092557>>. Acesso em: 3 jul. 2019.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008. 128 p.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. **Glossário de Termos Legislativos**. 2019. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Glossário Legislativo**. 2019. Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

BRESSLAU, Harry. **Manuale di diplomatica per la Germania e l'Italia**. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato - Libreria dello Stato Piazza Verdi, 1998. 1365 p. Ministero per i beni culturali e ambientali Ufficio centrale per i beni archivistici.

CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

CARUCCI, Paola. **Le Fonti Archivistiche: Ordinamento e Conservazione**. 17. ed. Roma: Carocci Editore, 2005. 239 p.

CARUCCI, Paola; GUERCIO, Maria. **Manuale di Archivistica**. 5. ed. Roma: Carocci Editore, 2011. 313 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CEZIMBRA, Ángela Beatriz. **La Diplomática como herramienta para la valoración documental: Aplicación a los documentos generados en Sesión Parlamentaria**. 2014. 366 f. Tese (Doutorado) - Curso de Biblioteconomía y Documentación, Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Universidad Carlos III de Madrid - Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Madrid, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ci.df.gov.br/dspace/bitstream/123456789/1650/1/TESIS%20DOCTORAL.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CURY, Waldir. **As Notas Tironianas: O PRIMEIRO SISTEMA ORGANIZADO DE TAQUIGRAFIA**. Disponível em: <http://www.taquigrafiaemfoco.com.br/artigos/notas_tironianas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

CURY, Waldir; MOREIRA, Cláudia. **Taquigramas Jurídicos: Método Maron**. Niterói: Waldir Cury, 2006. 49 p. Disponível em: <http://www.taquigrafiaemfoco.com.br/artigos_tres/Taquigramas%20Juridicos_lista_completa_pdf_elaborado_pelo_aluno_walkis.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

DÍAZ, Juan Carlos Galende; RUIPÉREZ, Mariano García. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 2, n. 13, p.7-35, set. 2003. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0303220007A>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

DURANTI, Luciana. Diplomatics. **Encyclopedia of Library and Information Sciences, Third Edition**, [S.l.], p.1-9, 7 dez. 2009. CRC Press. <http://dx.doi.org/10.1081/e-elis3-120043454>.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part II. **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Canadá, p.4-17, 1989-90. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/issue/view/388>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part III. **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Canadá, p.4-19, 1990. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11659/12607>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part IV. **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Canadá, n. 31, p.10-25, 1990-91. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11716/12665>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part V. **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Canadá, p.6-24, 1991. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11758/12708>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part VI. **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Canadá, p.6-24, 1991-92. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11795/12746>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science. **Archivaria**: The Journal of the Association of Canadian Archivists, Canadá, v. 28, p.7-27, nov. 1989. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/issue/view/387>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.50-63, 1994. Tradução: Revista Estudos Históricos Uma publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Escola de Ciências Sociais (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

DURANTI, Luciana; THIBOUDEAU, Kenneth. The Concept of Record in Interactive, Experiential and Dynamic Environments: The View of InterPARES. **Archival Science**, Switzerland, v. 6, p.13-68, 2006. Editora Springer Nature Switzerland AG. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-006-9021-7>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 1 v.

GUENÉE, Bernard. História. In : GOFF, Jacques Le ; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. 3. ed. Bauru: EDUSC, 2006. Cap. 1. p. 21-649.

GUYOTJEANNIN, Olivier ; PYCKE, Jacques ; TOCK, Benoit-Michel. **Diplomatique médiévale**. 3. ed. [S.I]: Brepols, 2006. 486 p. 1 v.

HERRERA, Antonia Heredia. **Archivística General Teoria y Practica**. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991. 512 p. Disponível em: <<https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/archivisticageneralteoriaypractica-antonia-heredia-herrera.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 182 p. ISBN 85. 326.xxxx-x - Edição digital.

MACHADO, Corina Barbosa Lopes. **Taquigrafia: Método Notaril**. S.I: Corina Barbosa Lopes Machado, [2015]. 52 p. Disponível em: <<https://issuu.com/corinabarbosalopes/docs/notaril>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MACNEIL, Heather. **Trusting Records: Legal, Historical and Diplomatic Perspectives**. Canada: Springer-science+business Media, B.V. University of British Columbia, 2000. 163 p. 1 v. ISBN 978-94-015-9375-5 (ebook).

MUNDET, José Ramón Cruz. **Manual de archivística**. 2. ed. Madrid, Espanha: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994. 402 p. Disponível em: <<https://nucleodedocumentouno.webs.com/manual%20de%20archivistica%20-%20cruz%20mundet.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa. **Análise documental e análise diplomática: perspectivas de interlocução de procedimentos**. 2009. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Unesp, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/nascimento_lmb_do_mar.pdf>. Acesso em: 7 set. 2019.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. O poder legislativo e a produção de documentos arquivísticos: Breves considerações. **Revista Pensar Direito**, Belo Horizonte, p.1-17, 2015. Edição Especial. ISSN 2236-1162.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais ENANCIB X**. João Pessoa: UFBP, 2009. v. 10, p. 1 - 20. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3161/2287>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ROGERS, Corinne. Diplomatics of born digital documents – considering documentary form in a digital environment. **Records Management Journal**, [S.I.], v. 25, n. 1, p.6-

20, 16 mar. 2015. Disponível em: <Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/rmj-03-2014-0021>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária.** 2011. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Instituto de Arte e Cultura, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Se o teor das notas taquigráficas não coincidir com o acórdão, deve prevalecer as primeiras.** 2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/noticias/3181987/se-o-teor-das-notas-taquigraficas-nao-coincidir-com-o->>. Acesso em : 01 maio 2019.

TASSIN, René Prosper ; TOUSTAIN, Charles François. **Nouveau traité de diplomatique, par deux religieux bénédictins de la Congrégation de s. Maur R.P. Ta.** Paris : Guillaume Deprez e Pierre-guillaume Cavelier, Imprimeur e Librairie, 1750. 720 p. Creator: Charles François Toustain.

TAYLOR, Samuel. **An Essay intend to establish a standard for an universal system of stenography, or short-hand writing.** Hallowell, Maine: Calvin Spaulding, 1826. 15 p.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 158 p. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/126206>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística Contemporânea.** 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93669>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A origem do método diplomático como subsídio à organização da informação arquivística. **Natália Bolfarini Tognoli**, [S.l.], p.675-687, 2013. Disponível em: <<https://www.researchgate.net>>. Acesso em: 4 set. 2019.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **DIPLOMÁTICA: dos diplomas aos documentos digitais. Revista do Arquivo: Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, v. 6, n. 2, p.34-46, 2018.** Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/artigo_02.php>. Acesso em: 21 set. 2019.

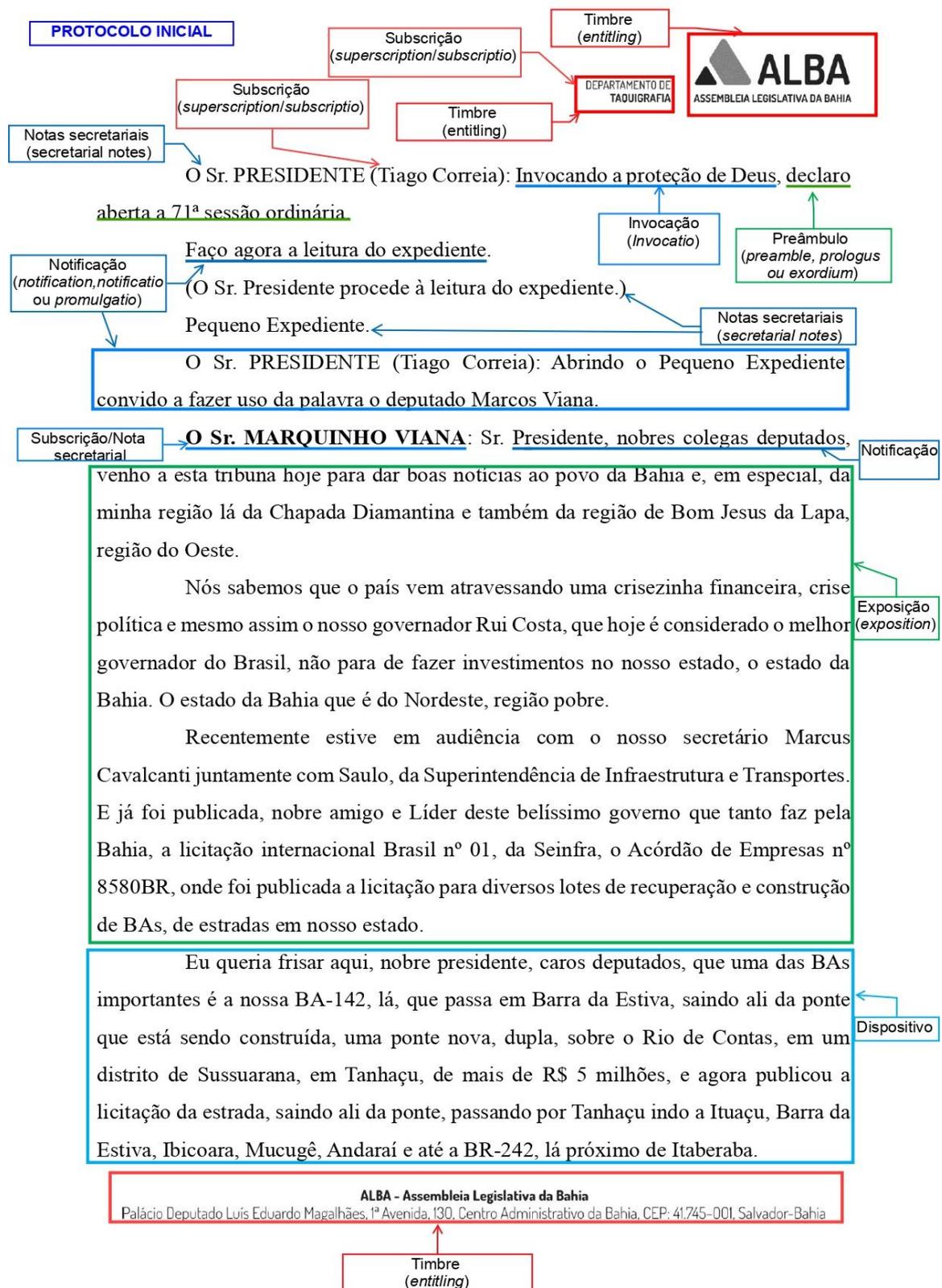
VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Scipione, 2012.

VON SICKEL, Theodor. **Acta regum er imperatorum Karolinorum digesta et enarrata.** Wien: Duck Und Verlag von Carl Gerold's Sohn, 1867. 433 p.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA COM O DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA.

1. Como se dá a realização do registro taquigráfico na ALBA?
2. Vocês possuem manuais, regimentos e rotinas concernentes a escrita, guarda e disponibilização das notas taquigráficas?
3. Qual o papel das notas taquigráficas no âmbito legislativo mesmo com a adoção de novos recursos tecnológicos?
4. Como se dá a auditoria interna dos documentos produzidos pela Departamento de taquigrafia? É possível saber quais profissionais participaram da escrita, revisão e validação das notas taquigráficas?
5. As notas taquigráficas podem ser consideradas como o primeiro documento oficial da ALBA disponibilizado ao público?

APÊNDICE B - ANÁLISE DIPLOMÁTICA DA NOTA TAQUIGRÁFICA ESCOLHIDA.





Então, nós não sabemos ainda o valor dessa obra grande, mas a licitação será no mês que vem. E temos ainda do trevo de Mucugê para Itaetê, uma reivindicação antiga da população de Itaetê. Tem também o lote que beneficia Abaíra, Boninal, Piatã até a BR-242. Temos também outro lote que é de Iaçú para Itaberaba. Tem um outro lote que é de Bom Jesus da Lapa, passando em Paratinga e Ibotirama.

Então, nobres deputados, vejam que a população dessas estradas e do estado da Bahia serão beneficiadas com rodovias e de qualidade e, além disso, mais importante, também está incluído o contrato de manutenção pela empresa que vai ganhar a licitação. Então, depois de entregar a obra, eles vão ter mais 5 anos de contrato de manutenção dessas estradas.

Com tantos governadores de estados ricos e alguns que não conseguem nem pagar os salários aos seus servidores, o governo da Bahia que é do Nordeste, da região pobre do nosso país vem fazendo investimento. Não é à toa que o nosso governador Rui Costa é considerado hoje o melhor governador do Brasil e o governador que mais investe no seu estado, ganhando inclusive de São Paulo que é a maior economia do nosso país, o estado que mais arrecada, o estado mais rico.

Então, meu presidente e caros colegas deputados, meu amigo Pedro Tavares, que é do DEM, demonstra que o governador Rui Costa sabe que ainda tem muitas estradas para serem feitas, tem outros municípios ainda que estão solicitando, é o caso de Mirante e Caetanos, mas o governador não consegue...

Notas secretariais → (O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

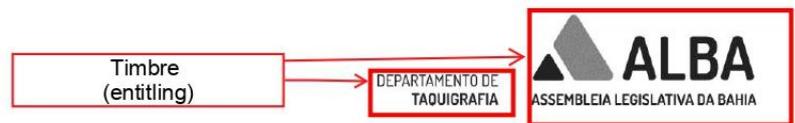
(...) fazer todas as estradas de uma vez só. Então, nós temos ainda mais 3 anos e meio de governo, este governo que leva a Bahia a sério, que atende os baianos e que realmente investe o dinheiro dos seus impostos em benefício de todos vocês.

Eu queria, mais uma vez, nobre presidente, agradecer ao governador Rui Costa e toda a sua equipe de trabalho, em especial, a equipe da Seinfra...

Notas secretariais → (O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)



(...) liderada lá por Marcus Cavalcanti que publicou esse aviso de licitação, para fazer essa obra que realmente é uma estrada que foi construída no trecho de Ituaçu a Tanhaçu em 1986. É uma estrada em tratamento contra pó e será totalmente reconstruída beneficiando a população e em especial a região onde eu sou o deputado mais votado.

Dispositivo

Obrigado, presidente, pela tolerância.

Escatocolo: saudação.

Notas secretariais → (Não foi revisto pelo orador.)

Notificação

Subscrição/Nota secretarial

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Pela ordem, deputado Rosemberg

Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, na realidade ontem nós iniciamos um debate aqui sobre o projeto de lei que versa sobre o reajuste dos servidores e eu queria ver se era possível fazermos uma pactuação para iniciarmos o processo de votação desse projeto. Eu entendo que há por parte da Liderança da Minoria uma emenda, e nós debatemos aqui inclusive depois de várias conversas com os servidores, que nós pudéssemos dispensar todos os tempos e ir para a Ordem do Dia, leria o relatório deputado Pedro e obviamente, eu sei da necessidade de V. Ex.^{as} em pedir vistas para que possam analisar a própria emenda apresentada pelo deputado Targino e nós certamente o traríamos de volta para que pudéssemos votar de forma definitiva na próxima terça-feira e iniciariamos hoje. Se V. Ex.^a concordar, porque agilizávamos já inclusive a presença dos servidores na Casa.

Exposição

Subscrição/Nota secretarial → O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Questão de ordem, deputado Tiago

Correia.

Notificação

O Sr. Tiago Correia: Seguindo o entendimento do Líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, acho que como o deputado Pastor Tom já se encontra no plenário, a gente concederia o tempo dele, para concluir e, aí, suspenderíamos os tempos partidários...

Exposição

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)



O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Só para eu entender: deixaríamos o Pequeno Expediente e nos Horários das Lideranças faríamos a votação? No caso, 15h30min.

O Sr. Tiago Correia: Isso.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pode ser. Nós iríamos até o Pequeno Expediente e no Pequeno Expediente nós suspenderíamos todos os tempos, iríamos para a Ordem do Dia, leríamos o relatório e eu tenho a certeza de que V. Ex.^{as} vão necessitar fazer o pedido de vista e, aí, já adiantaríamos o início do debate do projeto dos servidores.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Então concluímos o Pequeno Expediente, liberamos os tempos partidários e já entramos na discussão do projeto.

Subscrição/Nota
secretarial

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Pastor Tom.

Notificação

Invocação

Subscrição/Nota
secretarial

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, eu quero agradecer aqui a oportunidade a Deus e cumprimentar os deputados, as deputadas, imprensa, o público aqui presente e dizer que eu subo a esta tribuna hoje para trazer mais um assunto de grande importância, porque vai favorecer os menos favorecidos. E eu não posso deixar de falar no dia de hoje.

Preâmbulo

Notificação

Primeiro quero aqui parabenizar os funcionários da Saúde, não tenham dúvida alguma de que vamos votar favoravelmente. Eu entendo que nós somos os menos favorecidos, eu como morador de bairro periférico... Outro dia, na minha cidade, eu era carregador e com muita força, com muita fé, Deus mudou a minha história. E o meu legado nesta Casa, aqui, sempre é defender as classes menos favorecidas. Não herdei pai rico, não herdei mãe de política, foi na força, foi na luta e parabéns a vocês pelas suas lutas.

Exposição

Então, eu quero usar esse microfone potente para dizer que o governo do estado, mais uma vez, vem prejudicando os funcionários das terceirizadas, que

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)



trabalham em alguns órgãos nos municípios, na cidade de Salvador e no estado da Bahia. Essa DLB tem atrasado o salário desse povo.

Exposição

Eu queria aproveitar aqui a Bancada do PT, que é bem próxima do governador, e pedir que fosse intervir, são 3, 4 meses de salário atrasado. Já basta a terceirizada da saúde, lá no município de Feira de Santana, Hospital Clériston Andrade. Pagam uma nota hoje e ficam devendo três, por exemplo, os médicos, os maqueiros têm 3 meses sem receber salários. E isso é muito triste, porque 12 horas, a hora do chape-chape, não dá só na casa do governador, dá na casa também dessas pessoas, do maqueiro, do técnico de enfermagem, do administrativo, do médico, eles precisam se alimentar.

Dispositivo

Então eu trago aqui essa informação ao meu grande amigo Robinson que independentemente de cor, de raça, de partido venha interceder, porque os terceirizados também são gente, são pessoas que merecem o nosso respeito, merecem o nosso apoio, porque é difícil. As contas não esperam, recibo de luz, de água, telefone, gás não esperam. E o governo tem que intensificar e pagar aqueles terceirizados que trabalham no governo, porque as pessoas precisam se alimentar.

Aí a gente vê a quantidade de crimes aumentando, por exemplo, na minha cidade, do dia 1º até o dia de hoje, já foram mais de 11 pessoas assassinadas. E quando você vai ver são jovens. Por quê? Porque saiu de casa, a mãe ou o pai saíram para trabalhar, ou não receberam salário, ou não têm emprego, faltou a alimentação, e muitas vezes se deixam levar pela falta das coisas dentro de casa.

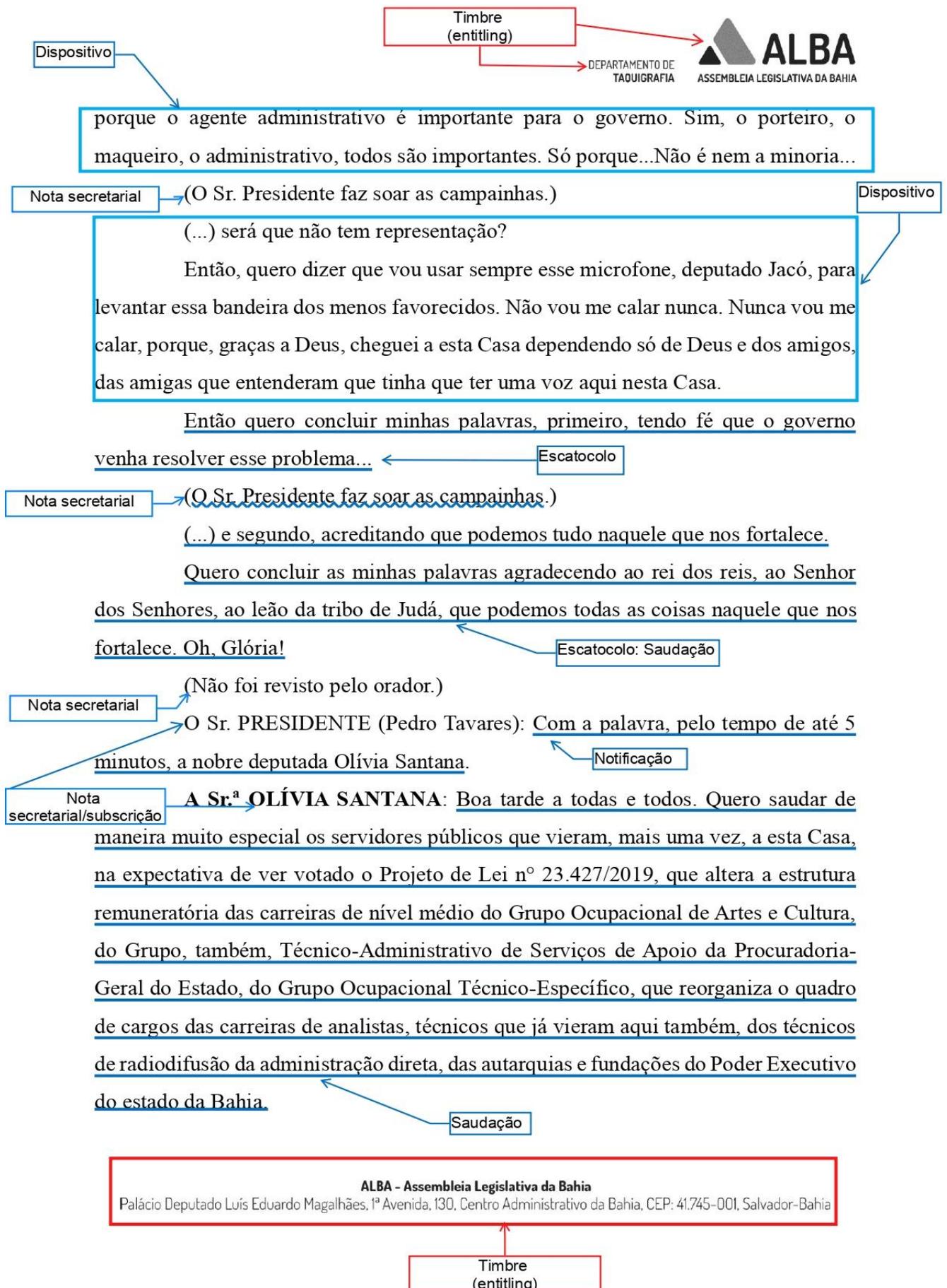
Então, um governo que fala que é correria. Para mim, eu não vejo que é correria. Pode ser correria lá para ele, mas Feira de Santana está sofrendo, os terceirizados da Bahia estão sofrendo.

Vai ter daqui a pouco uma reunião da Polícia Militar para resolver coisas que foram acordadas em 2014, e até hoje os policiais militares não estão recebendo.

Então, acho que é um momento de atenção. Eu acho que tem que valorizar. Tem que parar de valorizar só os burgueses. Tem que parar de valorizar só os bacanas,

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre (entitling)



Preâmbulo

Na verdade, esse é um projeto que diz respeito a uma luta que é de muitos anos dos servidores para que nenhum trabalhador, servidor público ganhe menos de um salário mínimo.

Exposição

Esse projeto chegou aqui depois de um pacto do governo do estado da Bahia com os servidores. Os servidores foram recebidos pelo governador Rui Costa, que assumiu o compromisso, honrou o compromisso e encaminhou esse projeto aqui para a Assembleia Legislativa.

A expectativa era de que votássemos esse projeto ainda na tarde de ontem, na sessão de ontem, quando essas Galerias estavam entupidas, embaixo, em cima, tudo ocupado, uma expectativa muito grande do movimento sindical, que veio com suas bases para aqui testemunhar a votação desse projeto.

Ocorreu que não foi possível votar ontem, inclusive o Líder Rosemberg deixou muito bem explicitadas as razões técnicas para o projeto não ser votado, porque ontem se encerrava o prazo regimental. Se fosse votado ontem, teríamos que fazer dispensa de formalidade, e esse projeto, portanto, foi remetido para o dia de hoje, que nós já poderíamos colocar em votação sem necessidade de dispensa de formalidade.

Por isso, todos nós chegamos aqui com essa expectativa de vencer esta votação ainda hoje. Pelo que eu estou vendo, houve um esforço muito grande para que houvesse acordo, mas me parece que haverá pedido de vista, e esse projeto vai ser iniciado hoje, para, depois, na próxima sessão, nós votarmos.

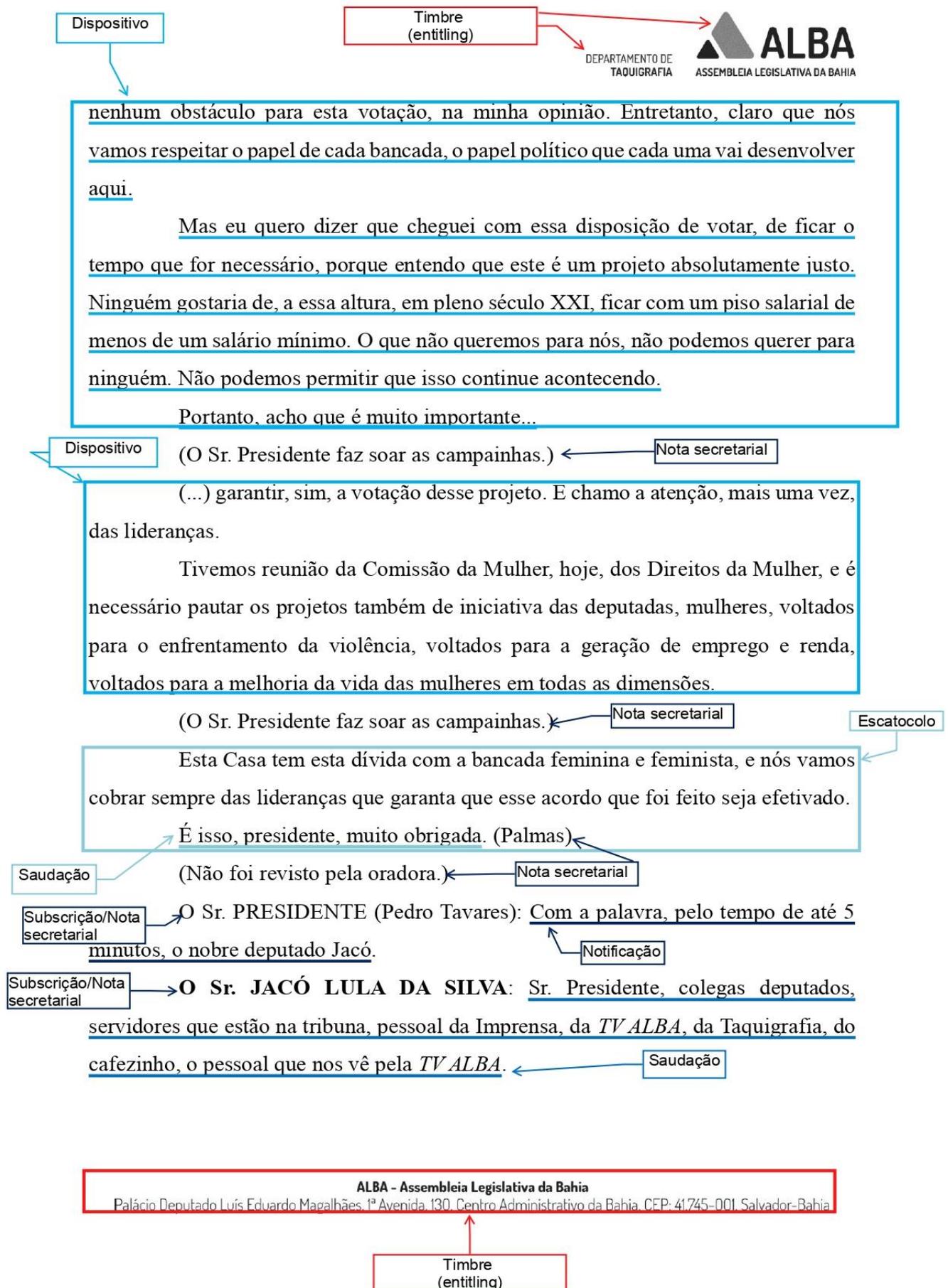
Mas eu quero deixar muito bem claro que esse é um projeto de autoria do Poder Executivo, porque só o Poder Executivo pode fazer projetos, encaminhar projetos a esta Casa que crie despesa, obviamente. Então, é somente por esta razão. Mas esse projeto tem como público alvo a servidora e o servidor públicos. Não é um projeto para o governador Rui Costa, é um projeto para a população, para as servidoras, para os servidores.

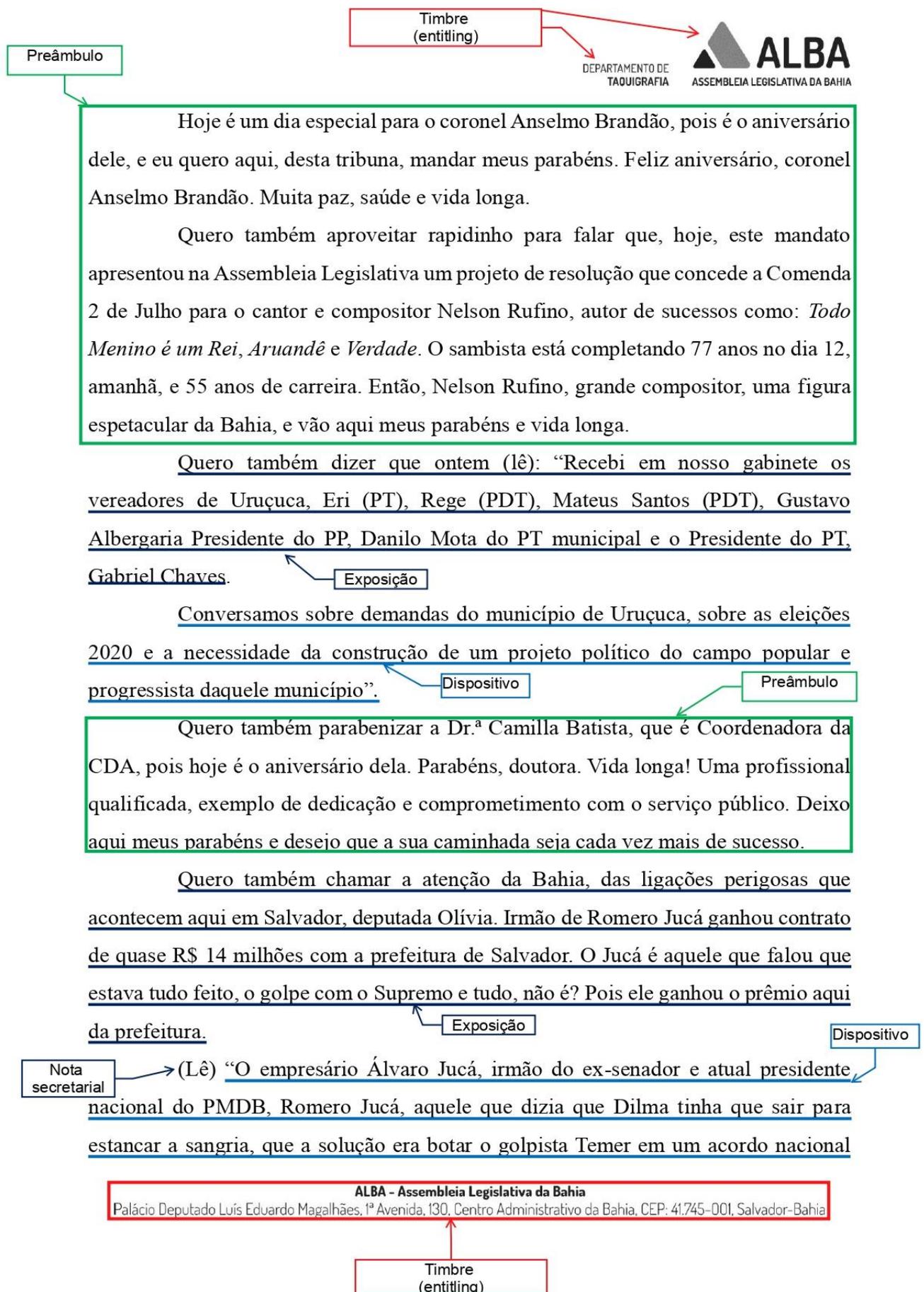
Dispositivo

Portanto, penso que esta deveria ser uma pauta que unificasse o conjunto das bancadas, a nossa Bancada do Governo e a Bancada da Oposição, que não deveria criar

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)







com Supremo e com tudo, ganhou um contrato de quase R\$ 14 milhões com a Prefeitura de Salvador, comandada pelo bolsonarista, ACM Neto, presidente Nacional do DEM. Esse montante é parte dos R\$ 500 milhões que a Prefeitura de Salvador tomou emprestado do BID para o novo Mané Dendê, uma obra importante para o município de Salvador, em especial para o subúrbio. Porém é de se estranhar que o irmão de um político envolvido em tantos escândalos nacionais seja premiado e ganhe uma licitação tão importante como essa.”

Dispositivo

Também quero mostrar aqui o meu repúdio à prefeitura de Salvador, e pedir aos deputados da Base que tenham piedade e parem de perseguir os baleiros, porque esses pais e mães de família que andam nos ônibus vendendo suas balas não são marginais. São pais e mães de família que estão ali para sustentar suas famílias. Imaginem numa crise dessa, um desemprego crescente, tantas retiradas de direitos, e as pessoas não têm o direito de correr atrás. Engraçado, porque liberam alguns segmentos e outros não. As pessoas que pregam religião têm o acesso limpo aos ônibus, agora, os pais de família, para trabalhar, para ganhar o sustento dos seus filhos, infelizmente, são impedidos. E isso mostra o desprezo que o prefeito de Salvador tem por aqueles e aquelas que mais precisam.

E fica aqui o nosso repúdio. Enquanto perseguem os baleiros de trabalharem honestamente, premiam o irmão de Romero Jucá – aquele que disse “com o Supremo, com tudo” – com uma obra de R\$ 14 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) ← Nota secretarial

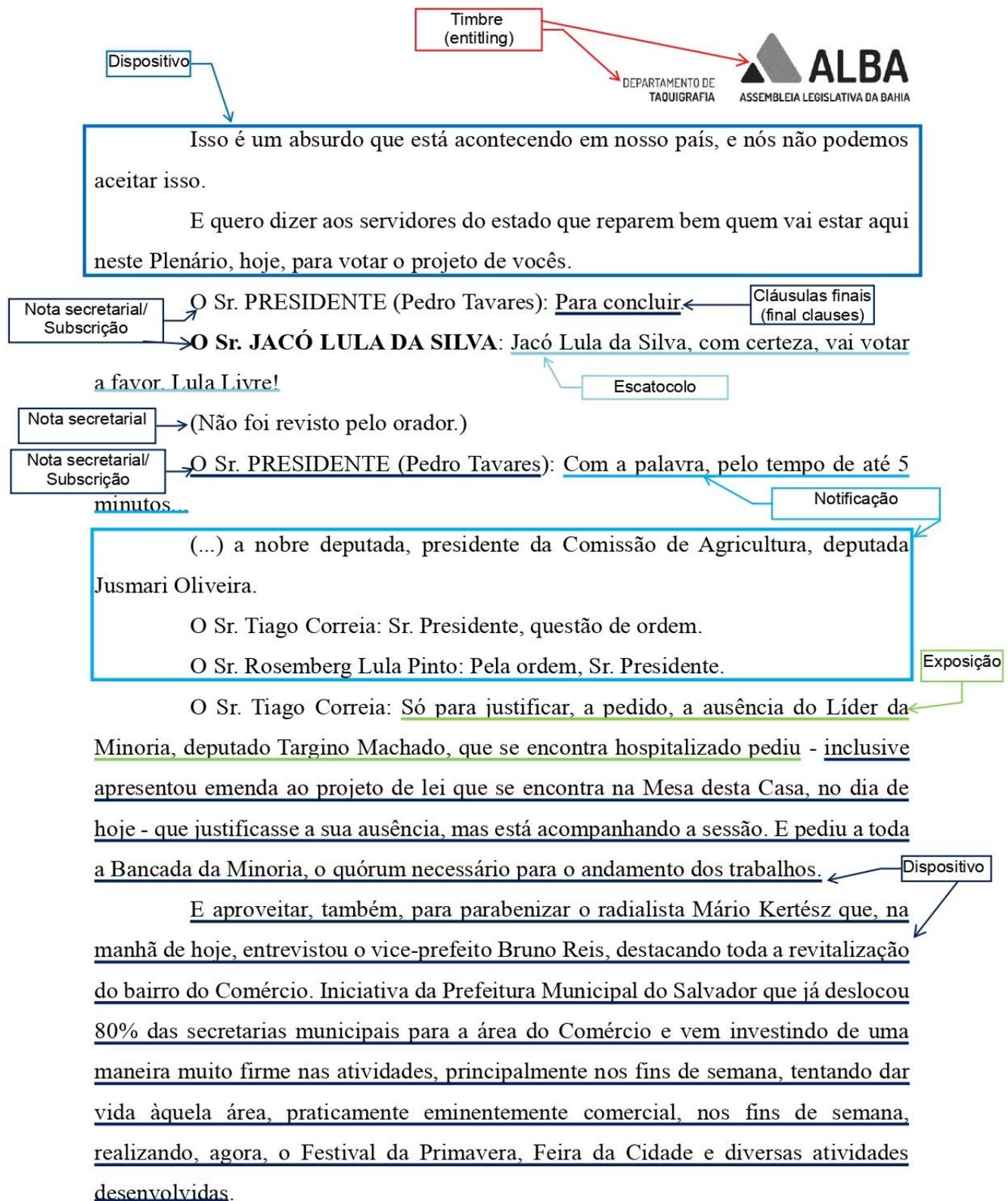
E isso é de se estranhar. E este mandato, aqui, vai sempre estar atento e chamando a atenção da sociedade para esses abusos.

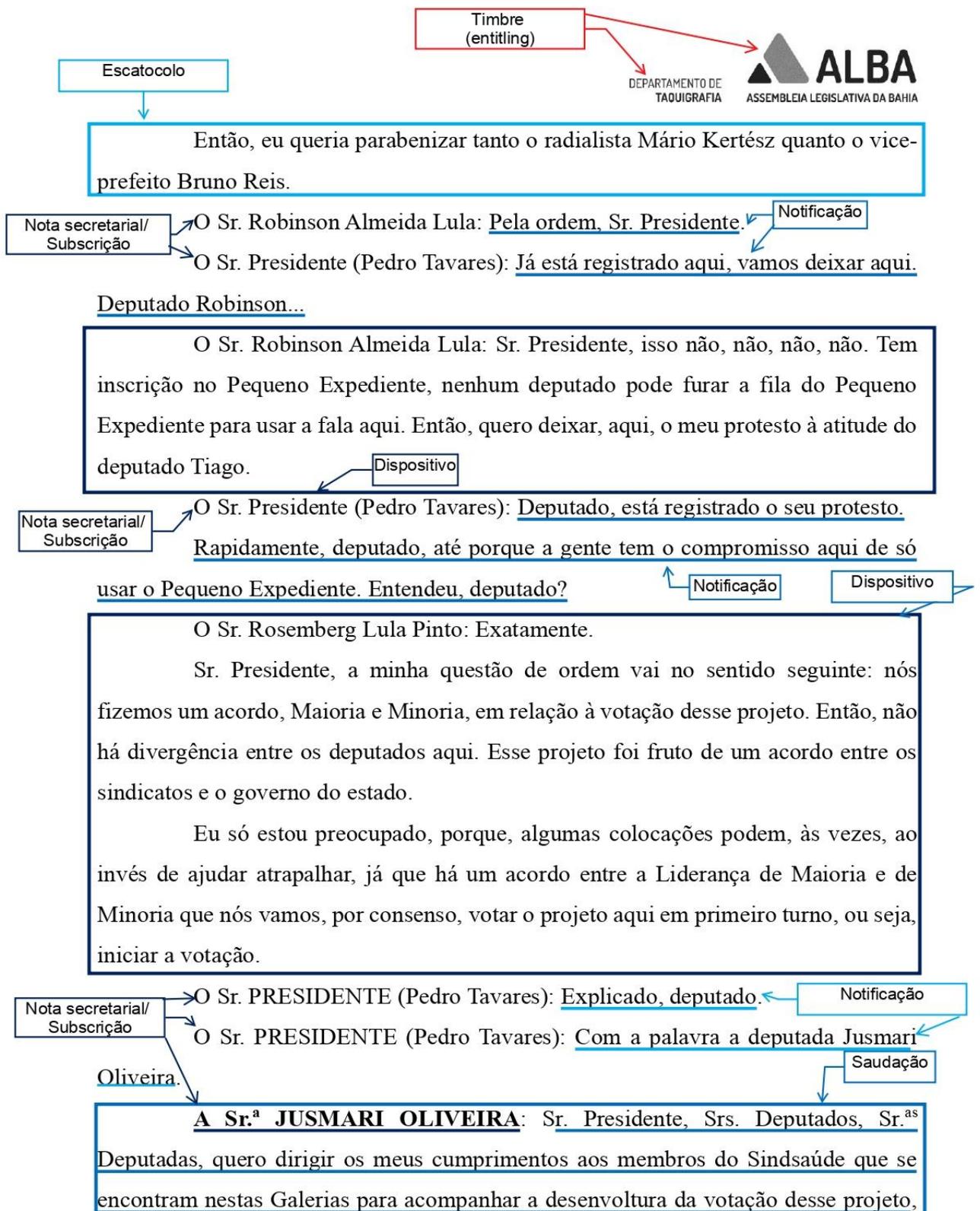
Por fim, eu queria denunciar, mais uma vez, essa ação da “Vaza Jato” que, de forma inescrupulosa, ocupou, invadiu a casa de uma mãe de família, botou metralhadora mirada para o seu filho de 7 anos, sem ela ter nenhuma culpa, simplesmente para chantageá-la para que o pai dela pudesse se entregar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) ← Nota secretarial

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

↑
Timbre (entitling)





Saudação

Timbre (entitling)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

ALBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

que vai trazer um alento novo para essa categoria tão importante e para o estado da Bahia.

Eu venho especialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde, repetir: (lê): “Eu tenho dito nesta Casa sempre, que o Oeste da Bahia é uma região rica. Não só na agricultura e na pecuária, mas também na sua produção artística e cultural.

Em todos os cantos do Oeste baiano, seja na Região do Rio Grande, ou na Região do Rio Corrente, ou na Região do Rio Preto e em toda a beira do São Francisco, artistas plásticos, escritores, músicos e atores, lutam com muita coragem e talento para superar as dificuldades e mostrar a arte daquela região.

As cidades do Oeste da Bahia, Sr. Presidente, precisam ser olhadas com muito carinho por todos nós, pois aqueles artistas precisam ter suas obras e suas formas de arte e manifestação incentivadas.

É Por isso que vim hoje a esta tribuna parabenizar e agradecer...” – ao presidente desta Casa, Nelson Leal e à Mesa Diretora – (lê) “...pela reedição do Livro Porto Calendário em parceria com a Academia de Letras da Bahia.

Ao agradecer a esta Casa e à Academia de Letras, eu também quero registrar a nossa homenagem ao escritor do Oeste baiano Osório Alves de Castro, autor do livro Porto Calendário. Este notável nasceu na bela cidade de Santa Maria da Vitória, no Vale do Rio Corrente, e nesta obra ele mergulha de cabeça nas peculiaridades da Região Oeste, tornando protagonistas cidades como Bom Jesus da Lapa, Barra, Correntina, entre outras.

Osório narra com absoluta maestria e com originalidade as coisas da região de forma tão extraordinária que sua narrativa se torna universal. As barcas que subiam e desciam os rios parando em cada cidade para comprar e vender os mais diversos produtos.

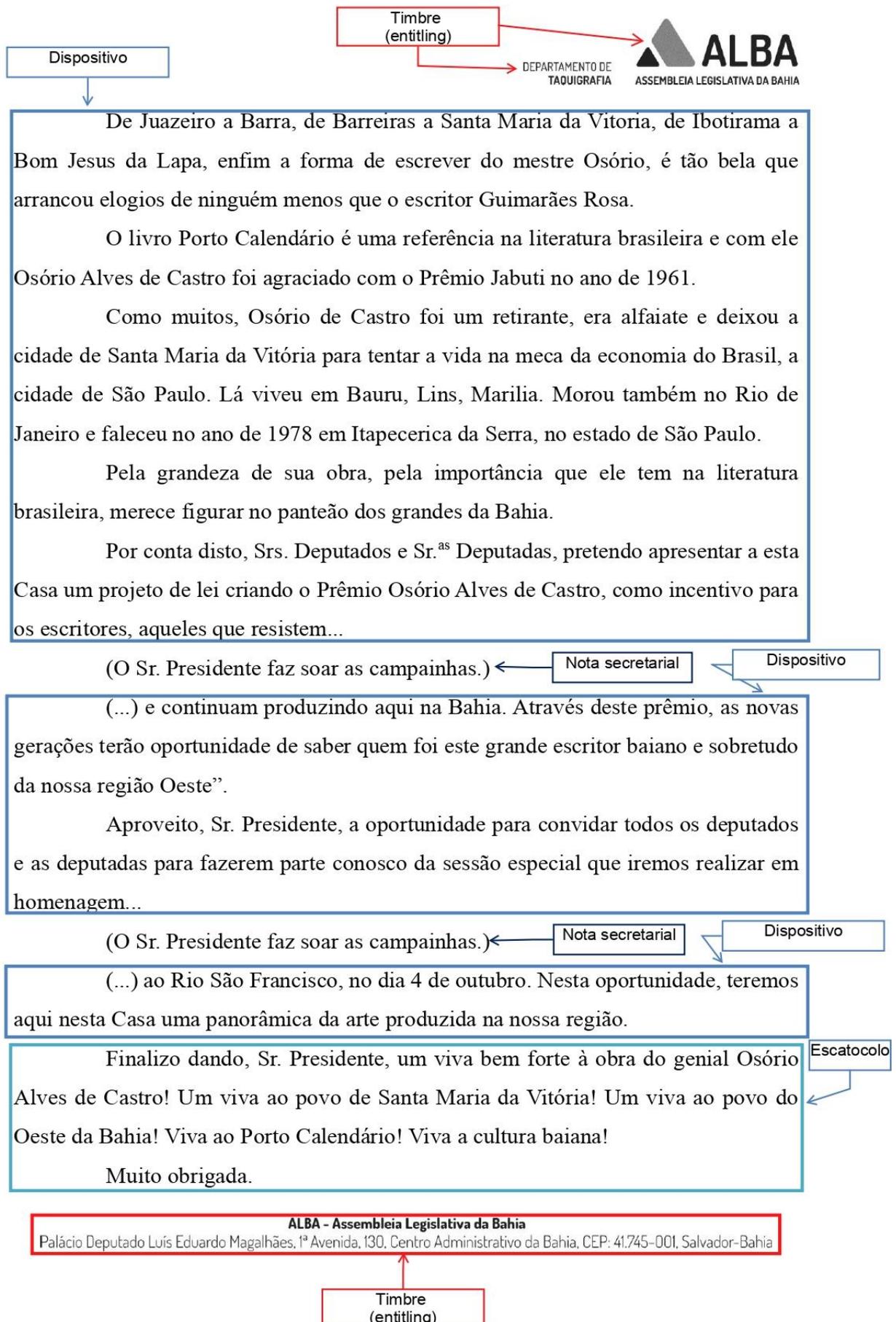
Os enfrentamentos entre os coronéis daquela época que dominavam a região e que deixaram escritas tantas histórias que até hoje continuam a ser contadas.

Exposição

Dispositivo

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)





 DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Nota secretarial → (Não foi revisto pela oradora.)

Nota secretarial/ Subscrição → O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares): Com a palavra o nobre deputado Capitão Alden.

Timbre (entitling) →
 Notificação
 Exposição

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhores e senhoras das Galerias, imprensa, eu gostaria de dizer, neste momento, o quanto estou decepcionado com a decisão que foi tomada no dia de ontem, no dia 10 de setembro, dia em que se comemora o Dia Internacional de Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio.

Exatamente no dia de ontem, no dia simbólico onde todo mundo está discutindo regras, parâmetros para cuidar cada vez mais das pessoas que sofrem eventualmente por esses transtornos, especialmente relacionados à depressão, esta Casa simplesmente reprovou, contraindicou, através do parecer da CCJ, um Projeto de Lei de nº 23.066 que tomava obrigatória a instalação de telas e gaiolas de proteção nas passarelas e viadutos do estado da Bahia.

Hoje, por sinal, inclusive, nas proximidades do Detran, houve mais uma tentativa de suicídio. Graças a Deus, o Corpo de Bombeiros, de forma diligente, de maneira rápida, conseguiu evitar mais um suicídio em Salvador.

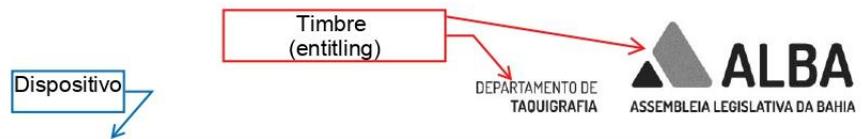
Salvador, Bahia, Brasil, é a terceira capital do Brasil em número de suicídios! E, mais uma vez, esta Casa que poderia, no dia de ontem, mandar um recado simbólico, deputado Jurailton, poderia ter mandado um recado mais do que simbólico: o compromisso do governo do estado e desta Casa com a vida humana. E aí, vários parlamentares, inclusive defendendo o Setembro Amarelo. Mas aí a Base do Governo pê-pê-pê, pá-pá-pá, só com elogios, votou contra esse projeto de lei que iria garantir a instalação de telas de proteção em passarelas e viadutos.

Claro, óbvio que somente a instalação de telas não vai evitar o suicídio, mas estaríamos seguindo uma orientação da Organização Mundial da Saúde e de outros segmentos que visam a proteção da vida, no sentido de dificultar, deputado Arimateia, que indivíduos que estejam com um trauma psicológico tenham acesso a locais que

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
 Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre (entitling)

Dispositivo



poderiam ser utilizados para cometerem o suicídio. Então é lamentável que isso ocorra justamente no mês em que estamos pregando o combate ao suicídio.

Também estamos discutindo amplamente, deputado Arimateia, como bem o senhor colocou aqui, o fechamento de hospitais da rede de apoio e suporte que dariam, inclusive, uma condição mais digna ao tratamento das pessoas que estão sob o efeito desses transtornos. Realmente é lamentável o que acontece aqui.

Outra situação que eu também gostaria de relatar, é que daqui a alguns minutos vai começar mais uma assembleia de policiais militares, na Adelba, para tentar conchamar o governo do estado a atender as reivindicações – não são meras solicitações – dos policiais e bombeiros militares.

Por exemplo, precisamos de assessoria jurídica gratuita. Imaginem, o policial age em nome do estado, a favor do estado e pelo estado, mas, no momento em que se envolve em uma ocorrência policial e vai responder processo criminal, ele tem de arcar com as despesas com as custas processuais e com advogado. Pergunto: qual o respaldo jurídico que o policial militar tem, hoje, para agir contra a criminalidade se ele tem de arcar com as custas do processo, com o pagamento de advogado e tudo mais?

Hoje, o policial da reserva não tem direito nem mesmo de receber o seguro em caso de invalidez ou morte, simplesmente porque o seguro não é estendido aos militares que estão na reserva remunerada.

O policial trabalha em um estado, a Bahia, que tem...

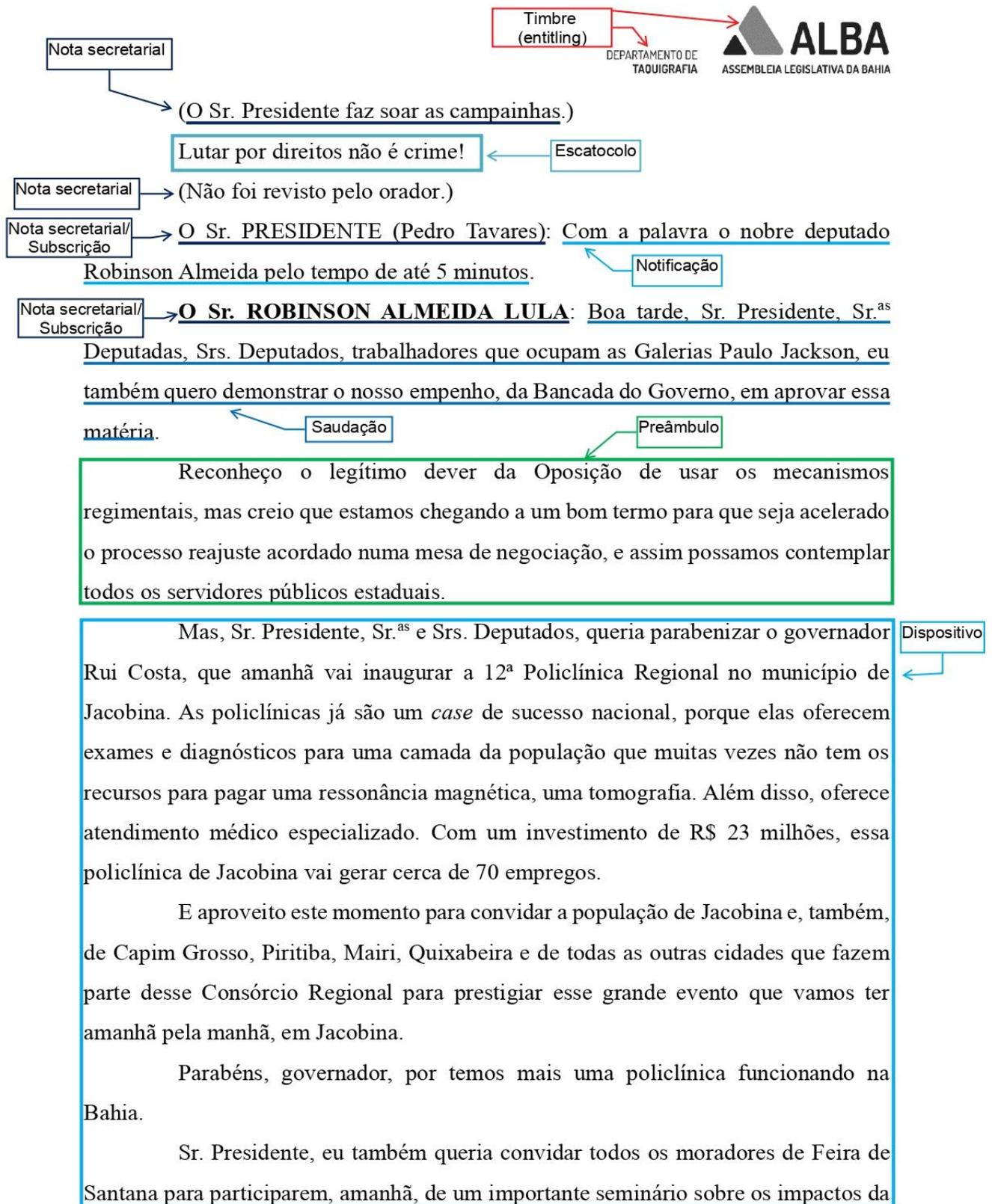
Nota secretarial (O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) Dispositivo

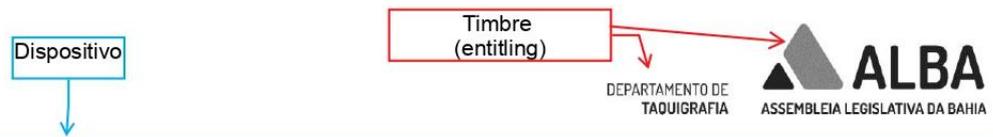
(...) de 417 municípios, mas o seu seguro de deslocamento é limitado a 2 horas e meia. Ou seja, eu saio de casa para o trabalho e do trabalho para casa, mas o meu deslocamento é limitado a 2 horas e meia. Então, se eu sofrer qualquer investida do mal, do criminoso após 2 horas e meia, eu não receberei seguro em caso de morte ou invalidez.

São por essas e outras demandas que nós estamos brigando, Sr. Presidente.

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)





reforma tributária para os estados e municípios e suas consequências para a indústria e o comércio. Essa iniciativa é da Câmara dos Deputados, a partir de um requerimento do deputado federal Zé Neto, que vai levar para esse evento o presidente e o relator da comissão especial que analisa essa matéria. Desse modo, poderemos fazer, aqui na Bahia, um debate sobre os impactos da reforma tributária.

Sobre esse tema, defendo uma reforma tributária justa. Defendo menos Brasília e mais Brasil e mais Bahia. Defendo que haja justiça e que os ricos paguem mais, que tenha taxaço sobre grandes fortunas e heranças no Brasil, porque neste País rico não paga imposto. Uma reforma tributária tem de ser progressiva: quem tem mais paga mais; quem tem menos paga menos; e quem não tem nada, nada paga. Esse tem de ser o sentido de justiça social de uma reforma tributária.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero também parabenizar o governo estadual por ter cuidado de forma tão intensa e tão dedicada dos municípios da Bahia, em particular Feira de Santana. Nessa cidade, já participei de várias ações do governo do estado: inauguração da escola no Viveiros, ampliando a oferta de vagas na educação; Unidade de Pronto Atendimento (UPA); Policlínica Regional de Feira; e agora a construção do Hospital Regional Clériston Andrade II. Ou seja, teremos outro hospital regional em Feira de Santana.

Na área de segurança pública, 115 novas viaturas foram entregues, na semana retrasada, para reforçar o policiamento naquela cidade. Também teremos mais água em Feira de Santana, já que R\$ 30 milhões foram investidos para ampliar o sistema do Tomba. Além disso, intervenções estruturantes como a Avenida Nóide Cerqueira.

É lamentável que o prefeito de Feira de Santana, em vez de ter gratidão e agradecer ao governador por ter cuidado tão bem do município, vá para as redes sociais criticar as ações do governo.

Na verdade, ele deveria responder as seguintes perguntas: quando o BRT vai funcionar de Feira de Santana? Quando um morador de Feira poderá entrar em um

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)



ônibus articulado e usar o BRT? Quando os camelôs poderão inaugurar o Shopping Popular para ganhar o seu pão de cada dia? Colbert também deveria responder por que não enfrentou o surto da dengue e não preparou o município para esse tipo de situação. A além do mais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) ← Nota secretarial

Dispositivo

(...) ele deveria responder por que dá um calote de mais de R\$ 1 milhão no repasse da UPA Regional ao governo do estado.

Como diz aqui o deputado Targino Machado, Colbert deveria ir trabalhar em vez de ficar com picuinhas nas redes sociais. Na verdade, o prefeito deveria fazer a parte dele, buscar uma parceria com o governador e pedir mais apoio ao governo do estado para melhorar o dia a dia da cidade de Feira de Santana.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) ← Nota secretarial

Dispositivo

(...) também queria registrar, a pedido, que o Líder da Oposição me ligou para informar a sua ausência hoje por conta de um procedimento no Hospital Santa Izabel. Ele está com uma tendinite no cotovelo e não vai poder participar. Não perdi a piada e falei: “Realmente, hoje a Bancada da Situação não vai ter a cotovelada da Oposição, porque o deputado está contundido e não poderá participar da sessão”.

Muito obrigado. ← Escatocolo

(Não foi revisto pelo orador.) ← Nota secretarial

Nota
secretarial/
Subscrição

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur. (Pausa) Não está?

Notificação

Na ausência da deputada Fabíola, com a palavra o deputado José de Arimateia.

Notificação

Notificação

Nota
secretarial/
Subscrição

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Pela ordem, deputado Rosemberg

Dispositivo

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, fizemos um acordo e definimos que encerráramos os discursos para irmos logo à Ordem do Dia. Porém, há dois

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)



 DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Dispositivo

Timbre (entitling)

deputados que querem se pronunciar. Se o deputado Tiago também flexibilizar, poderão falar um ou dois de cada lado. Da minha parte não tem nenhum problema.

É só para preservar o acordo que fizemos.

O Sr. Tiago Correia: Dois e dois, então.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Então serão dois e dois.

Nota secretarial/ Subscrição → O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra o deputado José de Arimateia pelo tempo de 5 minutos. Notificação

Nota secretarial/ Subscrição → O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, venho a esta tribuna nesta tarde, primeiro, para dizer que sou solidário à luta do Sindsaúde e apoio a imediata aprovação do projeto de reestruturação da tabela de vencimentos dos técnicos e auxiliares administrativos. Podem contar com o apoio dos republicanos nesta Casa. (Palmas) ← Nota secretarial

Preâmbulo

Dispositivo

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar que estive, ontem, em Brasília para participar do lançamento da Frente Parlamentar da Optometria.

A optometria, Sr. Presidente, vem em um momento importantíssimo para ajudar as pessoas que não têm tido acesso a meios para cuidar da saúde visual. Temos na Bahia – um estado de 15 milhões de habitantes –, hoje, um pouco mais de 600 oftalmologistas, não chegam nem a 610. Desse modo, os optometristas, que são profissionais formados nessa área, chegam para fazer a prevenção visual.

A optometria não interfere na função dos oftalmologistas, não. Os optometristas fazem o atendimento primário.

Sr. Presidente, já tivemos vários encontros, várias discussões nesta Casa. E agora chega ao Congresso Nacional uma iniciativa importantíssima do deputado federal do Paraná Aroldo Martins, que teve a sua brilhante ideia, juntamente com o deputado federal Ronaldo Santini, lá do Rio Grande do Sul, do PTB; teve também a participação do deputado Capitão Wagner, do Pros do Ceará; teve também o apoio do deputado Vermelho, do PSD do Paraná; do deputado Luiz Lima, do PSL do Rio de

Dispositivo

Timbre (entitling)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

ALBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

Janeiro... E assim foi formada a diretoria executiva da Frente Parlamentar em Defesa da Optometria.

Então, Sr. Presidente, eu venho aqui com muita alegria, porque eu tenho sido um defensor assíduo desta luta, desses profissionais que têm trabalhado, que têm sido, muitas vezes, perseguidos, mas, mesmo assim, têm lutado em defesa de uma saúde que, realmente, o nosso país precisa. Uma nação que enxerga bem se desenvolve melhor. Então, essa é a missão da Frente Parlamentar da Optometria, que foi ontem instalada no Congresso Nacional

Um outro tema, Sr. Presidente, que eu gostaria também de fazer um registro, é que hoje nós tivemos uma audiência pública sobre saúde, doenças zoonóticas e meio ambiente. Foi uma discussão importantíssima, onde tivemos a participação de representantes, tanto do estado como também do município. E pudemos constatar que os prefeitos precisam urgentemente divulgar nas escolas a importância de nós conscientizarmos a população com respeito ao meio ambiente.

E aqui, Sr. Presidente, hoje, 60% dos municípios em situação de controle das arbovirose estão em alerta; 60% dos municípios do Brasil estão em alerta com o problema, em alerta sobre o risco. A situação está sem controle. Por quê? Porque a maioria dos municípios não tem o plano de saneamento básico. E aí precisam urgentemente, os deputados estaduais, os deputados federais, somar, juntamente com os prefeitos, para poder encontrar uma solução da implantação do plano de saneamento básico.

Muito obrigado, Sr. Presidente. ← Escatocolo

(Não foi revisto pelo orador.) ← Nota secretarial

Nota secretarial/ subscrição

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Por acordo dos líderes, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Vítor Bonfim; logo após, o deputado Pedro Tavares; depois a deputada Fabíola Mansur; e o deputado Tiago Correia indicará o segundo.

Fala, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Vítor Bonfim. ← Notificação

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)

Nota secreta-
ria/
Subscrição

Timbre
(entitling)



DEPARTAMENTO DE
TAQUIGRAFIA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, senhores deputados, venho à tribuna, na tarde de hoje, deputado Júnior Muniz, para falar sobre a licitação que foi publicada no Diário Oficial do Estado, para recuperar trechos de rodovias importantes do nosso estado: a rodovia BA-160, que liga os municípios de Bom Jesus da Lapa e Paratinga a Ibotirama.

Exposição

Dipositivo

O governador do estado, o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, o meu querido amigo diretor da SIT, Saulo Pontes, colocaram essa licitação, que era um pleito antigo, uma luta antiga do nosso mandato, para que esse trecho de pouco mais de 140 quilômetros possa ser recuperado. E, além do mais, já numa nova modalidade em que a empresa que ganhar a licitação – que será realizada no dia 22 do próximo mês de outubro – vai dar a manutenção pelos próximos 5 anos.

Então, a gente vai ter a certeza e a garantia de que teremos condições de trafegabilidade nessa rodovia pelos próximos anos, garantindo assim não só que o município de Bom Jesus da Lapa possa receber os seus visitantes que lá vão para visitar e participar da romaria ao Bom Jesus, mas também para permitir que possa ser escoada a produção agrícola de todos aqueles municípios da região, municípios importantes.

Bom Jesus da Lapa se destaca na produção de banana. Então é uma boa notícia para o povo da nossa região. Mais uma ação do nosso governador Rui Costa. Mesmo neste momento de crise, de grande dificuldade, o governador vem mantendo os investimentos em nosso estado.

E, além dessa obra, destaco aqui ainda a realização da licitação que vai recuperar o trecho da BA que liga Sussuarana a Barra da Estiva, passando pelo município de Tanhaçu. São obras importantes, obras que vão melhorar a vida do povo da nossa região, e fico feliz por ter atendido a esses pleitos.

Quero ainda destacar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ações lá no município de Itaquara, deputada Fabíola Mansur. O município de Itaquara, município que fica vizinho ali ao município de Jaguaquara. E o governo do estado tem investido muito na parceria com o nosso querido amigo prefeito Marco: obras de pavimentação

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
 Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)

Dispositivo

Timbre (entitling)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

ALBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

asfáltica na sede do município e realização de calçamento. Mas tem um pleito antigo, um sonho, deputado Pedro Tavares, do povo daquela região, que é a ligação da BA que liga Itaquara à BR.

Então a gente precisa que essa obra seja feita. É pouco mais de 10 quilômetros de pavimentação asfáltica para ligar a sede do município de Itaquara à BR, ligar o Vale do Jiquiriçá diretamente à BR, encurtando distâncias e possibilitando o escoamento da produção agrícola, um deslocamento mais fácil para a população daquela região e trazendo mais oportunidades para a população do município de Itaquara.

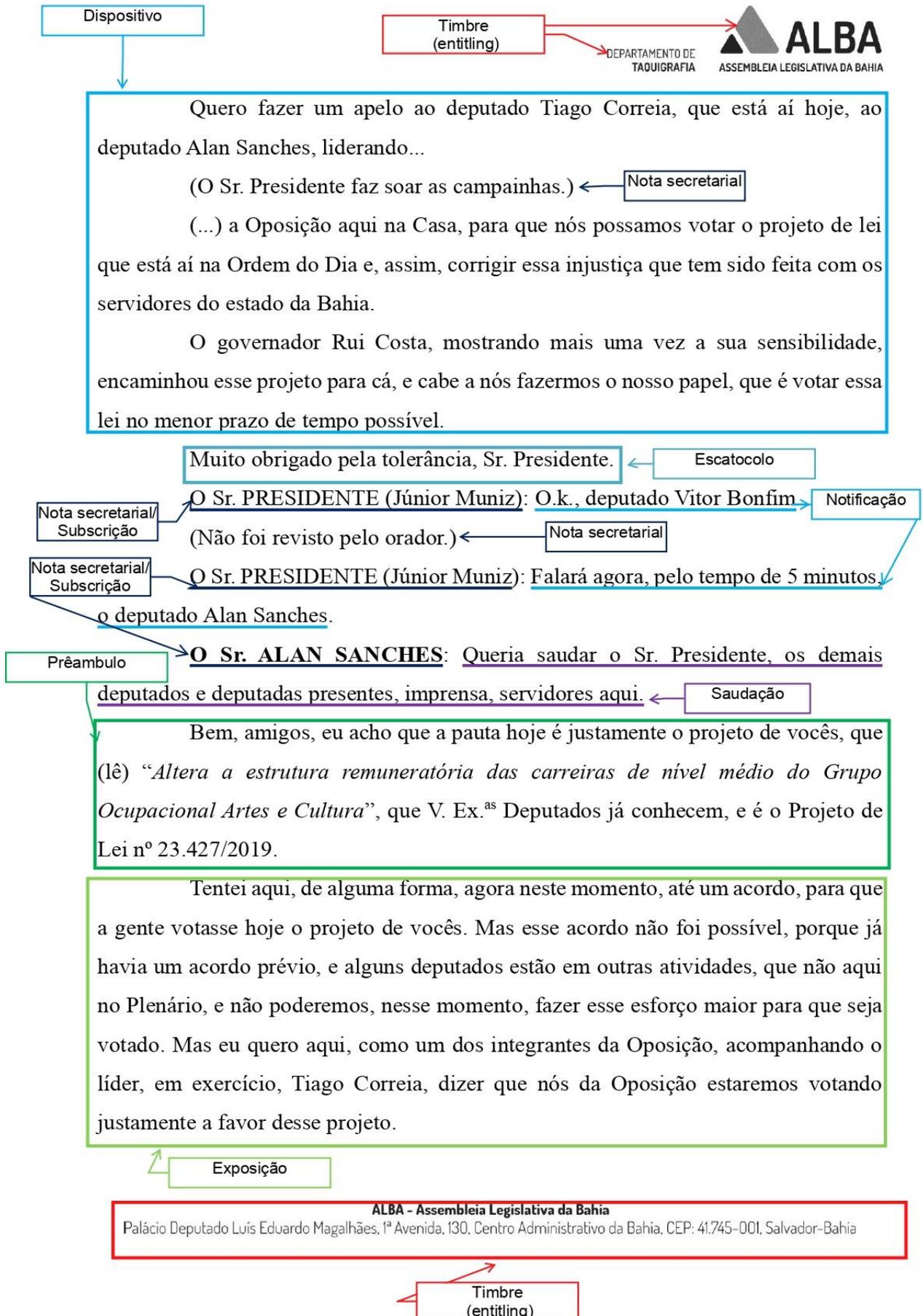
Então, Sr. Presidente, fica aqui o meu pleito. Quero reforçar esse pleito antigo, essa luta antiga nossa, minha e do prefeito Marco. Nós já estivemos com o secretário Marcus Cavalcanti, com o governador, pedindo essa obra. Já conseguimos mais de 2 quilômetros de asfalto que já beneficiaram a população do município; a saída para a Vila Castelo Branco já foi feita; diversas obras de pavimentação no município; temos agora a reforma do hospital que está aí; já foram entregues tratores, carros para a Saúde do município.

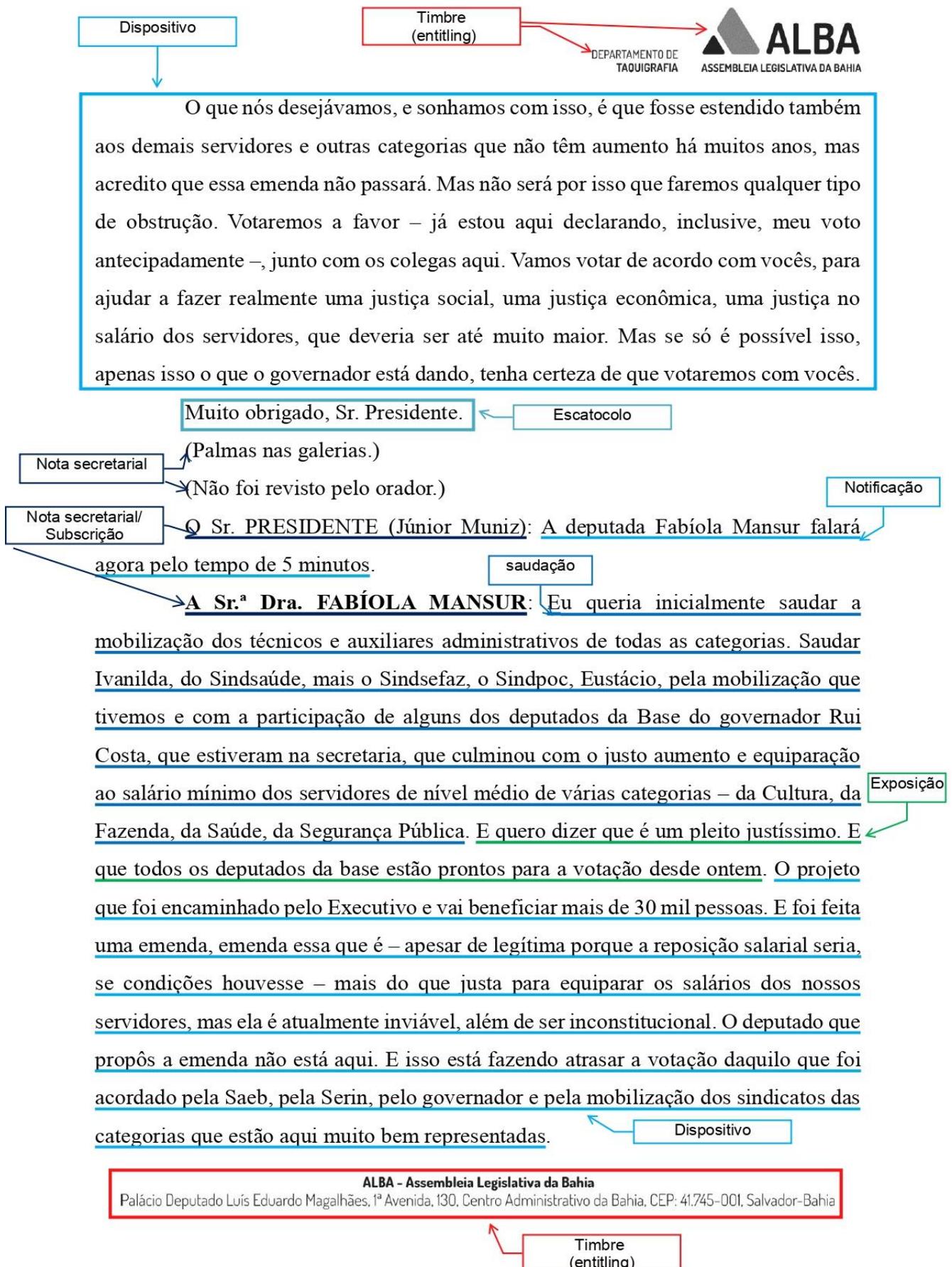
Então essa parceria frutífera para o município, para a população de Itaquara, tem sido muito boa. E fico feliz em poder ajudar a levar obras importantes para os municípios que aqui represento nesta Assembleia.

Mas, Sr. Presidente, quero, por fim, dizer e fazer um apelo aos deputados para que possamos votar o projeto de lei que reajusta e corrige a tabela de vencimentos dos servidores do estado da Bahia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) ← Nota secretarial

Foi apresentada uma emenda que infelizmente não pode, neste momento, ser aprovada, porque irá comprometer os índices de pessoal do governo do estado, mas urge que nós aqui possamos votar esse projeto de lei que está na Ordem do Dia, na tarde de hoje, deputado Rosemberg Pinto.





Dispositivo



Timbre
(entitling)

DEPARTAMENTO DE
TAQUIGRAFIA



Isso para dizer que, muitas vezes, o que é possível fazer precisa ser votado para ter efetividade ainda sancionado em setembro. Estão aqui os deputados da Base do Governo e, como já parece que foi demonstrado, também alguns deputados da Oposição para votar. Mas, infelizmente, esse projeto está aqui para ser votado, porém nós não temos quórum de votação. Mas, assim que esse quórum puder ser feito com os deputados da Oposição... Todos os deputados se encontram aqui para votar, deputados esses que são da base do governador Rui Costa e que são também signatários dessa mobilização. Então, quero dizer que estamos aqui. Claro que votarei favorável. Estive com vários presidentes de sindicatos, estive em mesa de negociação, e o nosso mandato presidindo a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, é isso.

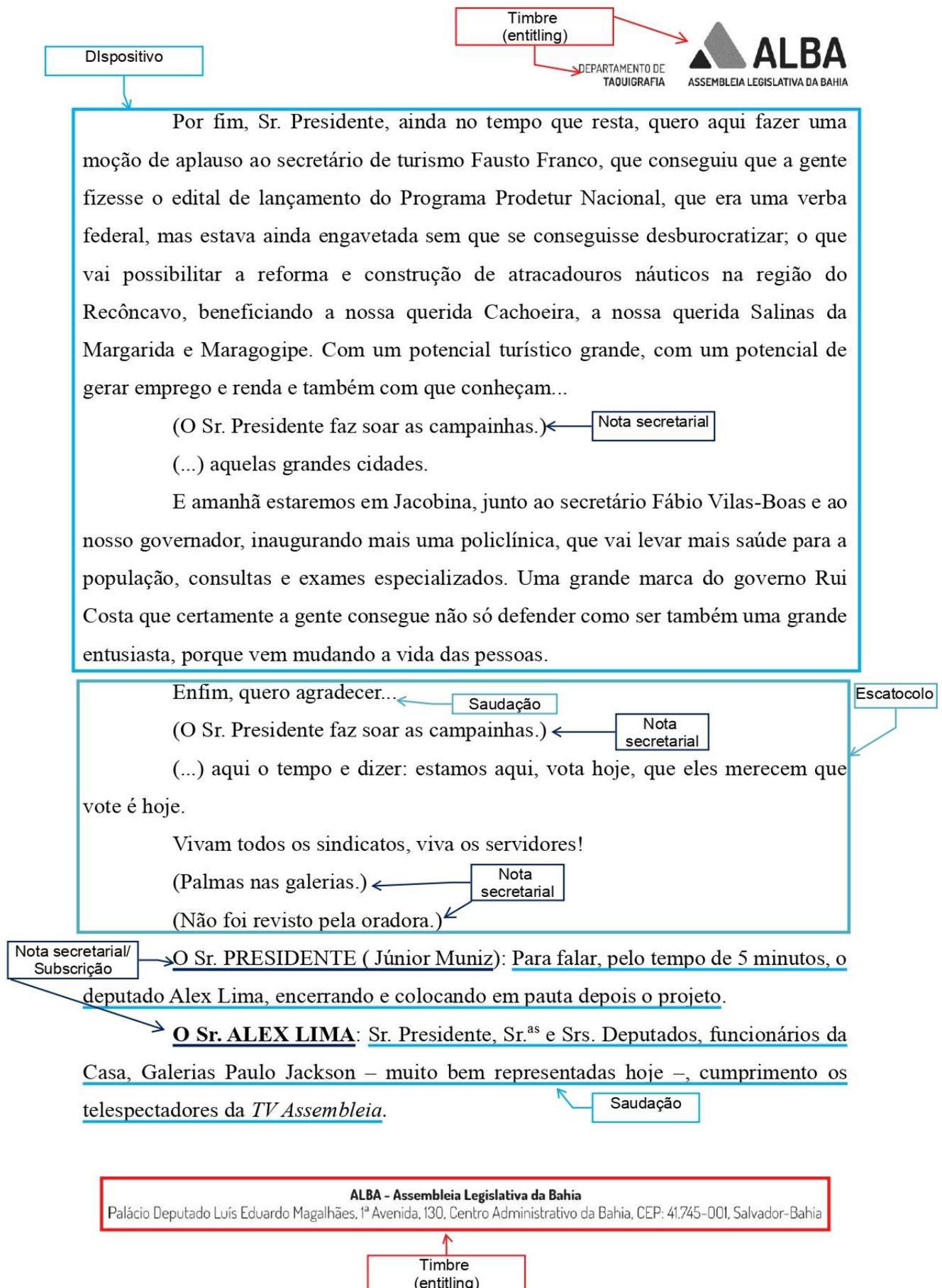
Então, a gente pede também ao deputado Tiago Correia que mobilize os deputados da Oposição, deputado Tiago Correia, que é um deputado sensato, para que a gente vote hoje em respeito a todos os servidores que vieram aqui. Estão desde ontem. Se a gente quiser, a gente vota.

Continuando, eu não posso deixar de fazer aqui em defesa dos oftalmologistas brasileiros, que têm a missão de promoção de saúde ocular e que fazem isso de forma contundente com várias campanhas. E dizer ao deputado que me antecedeu, José de Arimateia, um defensor dos optometristas, que é uma profissão. Mas que não podem, efetivamente, sem estar preparado, sem ter legalidade para isso, tentar fazer consultas como se médicos fossem. Eu acho que é importante que a gente saiba aqui. A Constituição assim garante. O Ministério Público já se posicionou, o Supremo já se posicionou. E nós não vamos aqui corroborar com o exercício ilegal da medicina por pessoas que não estão preparadas. Os optometristas têm outras funções, têm uma ocupação reconhecida, mas não para exercer o mister de atender, de consultar pessoas, fazer consultas, exames de fundo de olho, de pressão. E acho que é indefensável quando a gente não está dentro da legalidade.

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia

Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)





Timbre (entitling) →

Preâmbulo →

Dispositivo

Presidente, o que me traz aqui hoje são dois temas distintos. Eu gostaria de iniciar cobrando uma atenção especial para as estradas da nossa região do Litoral Norte. Eu acho que este ano de 2019 provavelmente deve ter sido o ano em que mais choveu em toda a década, e com isso as estradas todas foram deterioradas. Mas eu queria dar destaque aqui – já soltei nota na imprensa – a duas situações específicas. A da BA-233, que liga Esplanada ao município do Conde, sobretudo na localidade de Altamira, onde uma população representativa tem sofrido muito, porque foi feita a Operação Tapa-Buraco e, de maneira muito estranha, pularam o distrito de Altamira, que está sofrendo com as chuvas e as lamas em suas casas e com as dificuldades dos seus alunos de irem para as aulas, das pessoas de irem para os seus trabalhos. Enfim, é uma situação para a qual eu queria pedir prioridade ao governo do Estado. A outra é a BA-396, que liga a BR-101 à cidade de Jandaíra – essa parte já foi feita, esse trecho foi feito no governo Jaques Wagner, mas ainda falta a ligação de Jandaíra, deputado Pedro Tavares, V. Ex.^a conhece bem aquela cidade, à Linha Verde. Aquela estrada está completamente destruída, eu recebi vídeos: nas últimas semanas, essas chuvas terminaram por destruir completamente aquela estrada, deixando-a de forma intransitável.

Então, a primeira parte do nosso pronunciamento, presidente, seria justamente para fazer essas duas cobranças.

A segunda parte é para falar de temas nacionais. É inaceitável, Sr. Presidente, que as pessoas que representam a Oposição aqui na Bahia, mas que são amigos dos poderosos de Brasília, a turma do Democratas, os seus representantes, o prefeito da cidade de Salvador, fiquem omissas, fiquem caladas diante das atrocidades que esse governo tem cometido com a Bahia e com os baianos.

Nós já fomos ofendidos nordestinos e xingados pelo presidente. Nós já fomos motivo de gozação por parte do presidente. Nós, agora, estamos perdendo uma importante conquista, deputado Rosemberg Pinto. O petróleo que nasceu na Bahia está perdendo a sua sede. E, com isso, milhares de desempregados, milhares de empregos

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
 Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre (entitling)

Dispositivo

Timbre (entitling)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

ALBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

indiretos. E a simbologia é muito ruim para o nosso estado. E nós não ouvimos uma única palavra desses que estão alinhados e bebendo da água do poder.

Agora se fala, presidente, numa nova CPMF. Uma CPMF que foi enterrada lá atrás, ainda no governo Lula, e que agora se quer resgatar. E nós não ouvimos um único pronunciamento por parte dos partidos que compõem a base de sustentação do presidente Jair Bolsonaro.

Então, essa situação precisa mudar. Eles precisam dar a cara. Não podem estar posando...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) ← Nota secretarial

(...) e desfilando em avião presidencial, sorrindo, dando risada – talvez das mazelas que tem feito esse governo com a Bahia –, sem dar uma resposta concreta e dizer de que lado eles estão: se eles estão do lado dos poderosos lá de Brasília, ou se eles são solidários à Bahia e às suas dificuldades enfrentadas diariamente.

(Não foi revisto pelo orador.) ← Nota secretarial

Nota secretarial/ Subscrição → O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Com a palavra, o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos. E logo após colocaremos em apreciação o projeto de lei para que seja votado.

Notificação

Saudação

→ O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, Galeria. Queria falar de um fato, um fato triste que ocorreu no dia de ontem, no município de Irecê. Ocorreu um incêndio em um mercado. Graças a Deus, não teve vítimas fatais, mas teve um prejuízo muito grande para o supermercado. Isso só faz demonstrar o que tenho cobrado aqui frequentemente deste Plenário, através do nosso mandato parlamentar, que é a necessidade da instalação de um grupamento do corpo de bombeiros lá no município de Irecê. O município de Irecê, que é um município sede, é um município que está cortado pela BA-052, pela BA-432, pela BA-148. E necessita: necessita por ser um polo de região; necessita por não ter a assistência necessária do corpo de bombeiros; necessita, sim, da instalação de um grupamento do corpo de bombeiros naquela cidade.

Dispositivo

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre (entitling)

Dispositivo

Timbre (entitling)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

ALBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

Fica aqui a minha cobrança ao governo do Estado. Fica aqui a minha cobrança para que olhe com carinho essa importante demanda, que, mais uma vez, nós cobramos daqui desta Casa para que se faça a instalação de um grupamento do corpo de bombeiros no município de Irecê.

Antes de começar a falar sobre Irecê, eu tive a oportunidade de acompanhar com muita atenção o pronunciamento do deputado Marquinho Viana, que elogiou o lançamento de diversas estradas pelo governo do Estado. E eu faço um mandato com coerência, não faço um mandato do quanto pior melhor.

Eu queria, aqui, parabenizar, sim, parabenizar, por algumas estradas que foram anunciadas, como a BA-046, que liga Iaçú a Itaberaba, que foi uma indicação do nosso mandato. Fui o primeiro deputado que fez a indicação aqui, cobrando a recuperação dessa estrada.

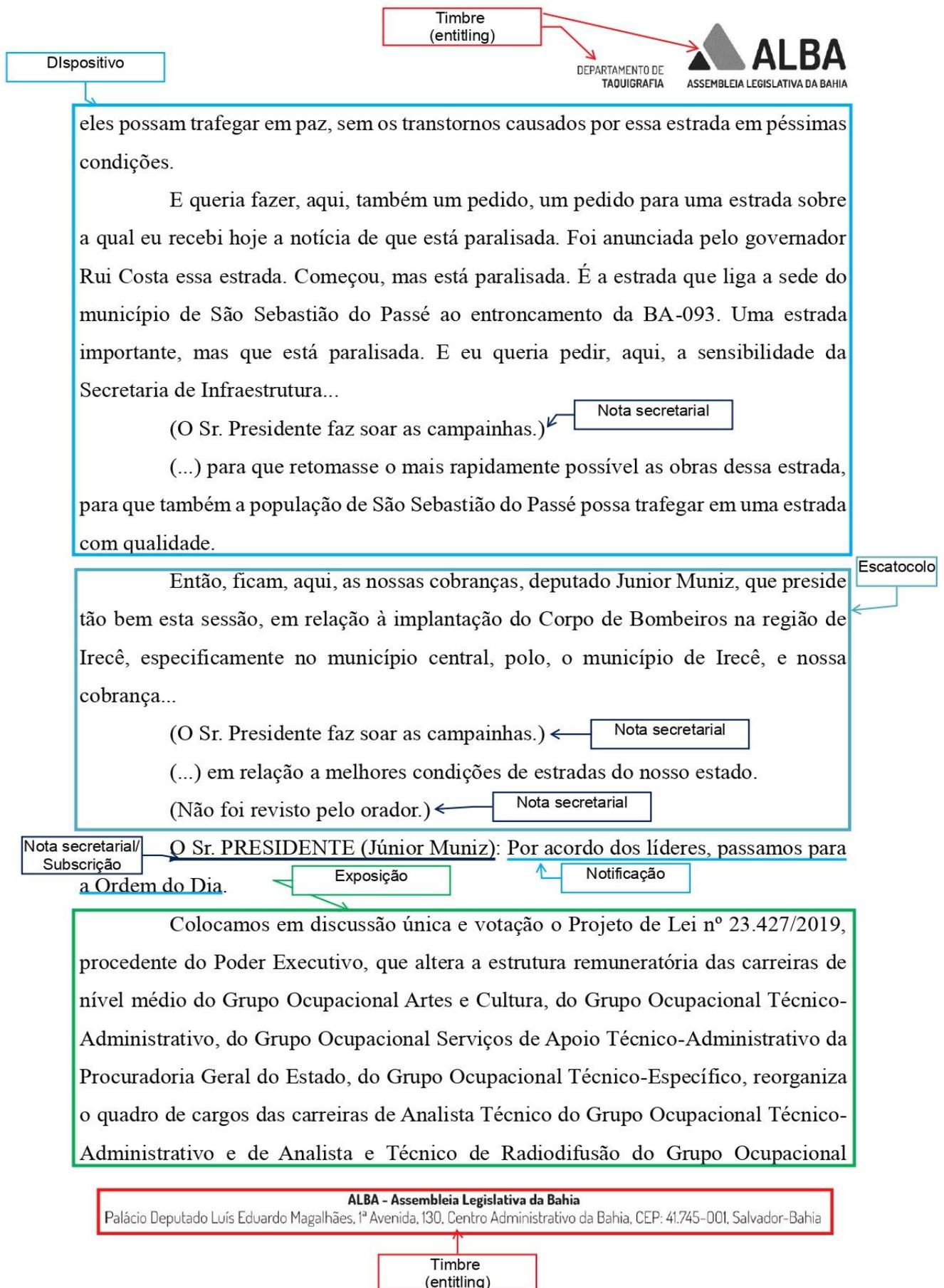
Falar também da BA-148. A BA-148, essa importante estrada que liga Irecê a Ibititá, passa por Ibipeba e chega a Barra do Mendes. Também fui o deputado que fez a primeira indicação para cobrar essa estrada! Há aqui outros deputados da região de Irecê que também cobraram a estrada; está aqui o deputado Jacó, está aqui a deputada Fabíola Mansur. E espero que essa estrada saia definitivamente do papel! Espero que essa estrada deixe de ser um sonho e se transforme em realidade para beneficiar a população, que tanto precisa de uma estrada com qualidade ali, naquela região.

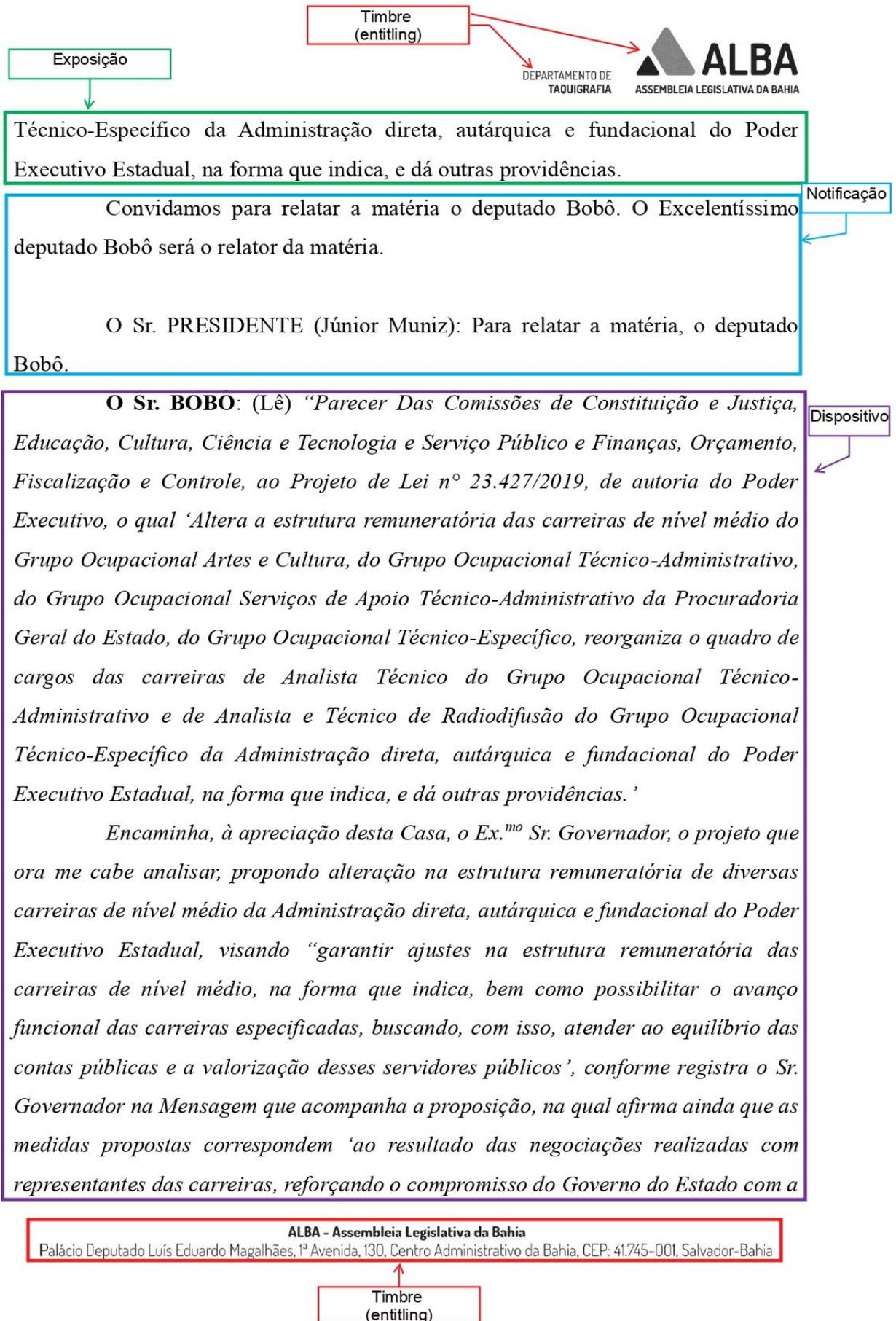
Mas também queria fazer, aqui, uma cobrança: eu não vi dentro desse rol de estradas que apresentaram aqui para a recuperação uma estrada importante, que é a BA-270, que liga o município de Santa Luzia a Canavieiras. Uma estrada importantíssima! Uma estrada que permite ligar a BR-101 a Canavieiras, chegando até a orla, a praia do litoral do sul da Bahia, ali em Canavieiras. E essa estrada está totalmente abandonada! Em péssimas condições!

Eu queria pedir a sensibilidade do governo do estado para fazer a recuperação dessa estrada, para que as populações de Canavieiras e de Santa Luzia tenham as condições necessárias para trafegar numa estrada com qualidade, para que

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia
Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)





Dispositivo

Timbre (entitling)

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

ALBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

valorização dessas carreiras e a preocupação com a qualidade do serviço público prestado aos administrados’.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria do Deputado Targino Machado, propondo reajuste da ordem de 13,51%, a partir de 1º de agosto de 2019, ampliando assim a alteração da estrutura remuneratória para abranger também os servidores públicos que têm formação de nível superior, os de nível médio e técnicos que possuem remuneração acima do salário-mínimo, as funções gratificadas e os cargos em comissão, de modo a garantir uma reposição da inflação acumulada no período 2016/2018.

Opino pela rejeição, considerando que o texto da emenda do nobre Parlamentar configura ofensa à vedação expressa no inciso I do art. 78 da Constituição do Estado, que veda a aprovação de emenda que contenha aumento de despesa em projetos de iniciativa privativa do Governador, entre os quais figura a presente proposição, em conformidade ao quanto dispõem os incisos IV e VII do art. 77 da Carta Estadual. Assim, por versar sobre matéria de competência privativa do Executivo, a emenda não pode ser acolhida.

Por fim, objetivando o aperfeiçoamento da proposição, apresento, na condição de Relator, a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Os arts. 13 e 16 do Projeto de Lei nº 23.427/2019 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 13 - O § 4º do art. 6º-A e o inciso I do art. 7º, ambos da Lei nº 11.366, de 29 de janeiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 6º-A -.....

.....

§ 4º - O ônus da despesa de pessoal relativa à designação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental caberá ao órgão para onde o servidor for designado.’ (NR)

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia

Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-001, Salvador-Bahia

Timbre
(entitling)

